

Demonstrações Financeiras - IFRS

2017

Banco
PAN



BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016.
(Em milhares de reais R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO	Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016
Disponibilidades	8	10.748	19.521	Passivos Financeiros Mantidos para Negociação		49.122	1.242
Depósitos Compulsórios no Banco Central		1.299	1.299	Derivativos	9a	49.122	1.242
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo		8.283.940	4.408.018	Passivos Financeiros Mensurados pelo Valor Justo por Meio do Resultado		2.422.543	2.199.996
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		52.539	78.542	Dívidas subordinadas	25	1.581.776	1.571.911
Instrumentos de dívida	10	50.757	71.749	Depósitos de clientes	22	684.787	348.092
Derivativos	9a	1.782	6.793	Derivativos	9a	155.980	145.892
Ativos Financeiros Mensurados pelo Valor Justo por Meio do Resultado		7.108.938	3.294.979	Obrigações por empréstimos e repasses	23	-	134.101
Derivativos	9a	172.285	157.115	Passivos Financeiros a Custo Amortizado		17.403.156	19.911.188
Empréstimos e adiantamentos a clientes	12	6.936.653	3.137.864	Depósitos de instituições financeiras	21	10.321.635	13.790.325
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		1.122.463	1.034.497	Depósitos de clientes	22	4.240.618	2.220.741
Instrumentos de dívida	10	1.122.463	1.034.497	Recursos de emissão de títulos	24	2.249.555	3.155.708
Instrumentos Financeiros Mensurados a Custo Amortizado		12.640.412	17.770.711	Dívidas subordinadas	25	189.804	174.502
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		539.312	1.153.971	Relações com correspondentes		197.184	155.796
Instrumentos de dívida	10	539.312	1.153.971	Obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		204.360	414.116
Empréstimos e Recebíveis		12.101.100	16.616.740	Provisões	26	699.659	422.609
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	11	1.032.983	972.383	Provisões para passivos contingentes		699.659	422.609
Empréstimos e adiantamentos a clientes	12	11.040.286	15.596.997	Passivos Fiscais	15a	95.020	109.403
Instrumentos de dívida	10	2.609	17.034	Correntes		10.338	22.101
Benefício residual em operações securitizadas		11.215	2.927	Diferido		84.682	87.302
Recebíveis imobiliários	16	14.007	27.399	Outros Passivos	27	1.608.911	1.447.296
Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	14	342.593	311.361				
Impostos		3.165.949	3.350.059				
A compensar		250.160	255.616				
Diferido	15a	2.915.789	3.094.443				
Outros Ativos	17	1.404.502	1.561.994				
Investimentos em Coligadas e Outros	18	379	48.988	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Ativo Tangível	19	27.690	37.838	Capital social:	28a	3.460.732	3.460.732
Ativo Intangível		259.571	266.268	De domiciliados no País		3.051.660	3.051.660
Ágio	6	218.727	218.727	De domiciliados no Exterior		409.072	409.072
Outros ativos intangíveis	20	40.844	47.541	Reserva de capital		-	195.208
				Reserva de lucros		411.343	8.622
				Ajustes de avaliação patrimonial		(13.403)	(14.259)
				Ganhos abrangentes de coligadas		-	34.020
				Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		3.858.672	3.684.323
				Total do patrimônio líquido		3.858.672	3.684.323
TOTAL DO ATIVO		26.137.083	27.776.057	TOTAL DO PASSIVO		26.137.083	27.776.057

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto o Lucro/Prejuízo líquido por ação)

	Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	29	5.613.164	5.018.204
Receitas com juros e similares		8.101.814	7.714.794
Despesas com juros e similares		(2.488.650)	(2.696.590)
Perdas no valor recuperável de ativos financeiros	13	(1.105.598)	(1.053.458)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo		271.959	228.680
RECEITAS LÍQUIDAS DE JUROS APÓS PERDAS POR REDUÇÃO NO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS FINANCEIROS		4.779.525	4.193.426
Ganhos (perdas) líquidas com ativos e passivos financeiros		(316.441)	(836.059)
Resultado de instrumentos de dívida mantidos para negociação		(10.792)	(4.154)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	9e	(305.649)	(831.905)
Ganhos (perdas) líquidas com ativos financeiros disponíveis para venda		1.983	7.716
Receitas de tarifas e comissões	30	272.178	297.292
Despesas administrativas		(2.517.234)	(2.541.782)
Despesas de pessoal	31	(463.572)	(508.815)
Outras despesas administrativas	32	(2.053.662)	(2.032.967)
Depreciações e amortizações		(32.379)	(39.574)
Despesas tributárias	33	(220.000)	(235.121)
Provisões (líquidas)	34	(514.398)	(323.294)
Outras receitas (despesas) operacionais	35	(1.280.681)	(727.461)
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda		152.302	(66.520)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS		324.855	(271.377)
Resultado de participação em coligadas		(2.993)	(863)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO		321.862	(272.240)
Imposto de renda e contribuição social	15f	(78.569)	126.068
Imposto de renda e contribuição social correntes		(9.256)	(23.540)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(69.313)	149.608
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO		243.293	(146.172)
Lucro/Prejuízo líquido atribuível aos controladores		243.293	(146.174)
Lucro/Prejuízo líquido atribuível aos não controladores		-	2
Prejuízo/Lucro básico e diluído por ações ordinárias	28d	0,45	(0,27)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016**

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO	<u>243.293</u>	<u>(146.172)</u>
<u>Itens que serão subsequentemente lançados ao resultado</u>	<u>856</u>	<u>39.623</u>
Ganhos e perdas não realizados de ativos financeiros disponíveis para venda	1.311	8.581
Equivalência Patrimonial sobre Ganhos Abrangentes de Coligadas	-	34.020
Efeito tributário	(455)	(2.978)
<u>Resultado abrangente total</u>	<u>244.149</u>	<u>(106.549)</u>
Resultado abrangente atribuível aos acionistas controladores	244.149	(106.551)
Resultado abrangente atribuível aos acionistas não-controladores	-	2

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de Lucros		Resultados Abrangentes		Prejuízos/Lucros acumulados	Participação do acionista controlador	Participação dos acionistas não controladores	Total
			Legal	Para Integridade do Patrimônio Líquido	Ajustes de avaliação patrimonial	Outros				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	3.460.732	195.208	635	154.159	(19.862)	-	-	3.790.872	19	3.790.891
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	(146.174)	(146.174)	(19)	(146.193)
Perdas não realizadas de ativos financeiros disponíveis para venda líquida de efeitos fiscais	-	-	-	-	5.603	-	-	5.603	-	5.603
Equivalência Patrimonial sobre Ganhos Abrangentes de Coligadas	-	-	-	-	-	34.020	-	34.020	-	34.020
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	5.603	34.020	(146.174)	(106.551)	(19)	(106.570)
Destinações:										
Absorção de Prejuízo	-	-	-	(146.172)	-	-	146.172	-	-	-
Transferência de Lucros Acumulados para Reserva de Lucros	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	3.460.732	195.208	635	7.987	(14.259)	34.020	(2)	3.684.323	-	3.684.323
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	3.460.732	195.208	635	7.987	(14.259)	34.020	(2)	3.684.323	-	3.684.323
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	243.293	243.293	-	243.293
Perdas não realizadas de ativos financeiros disponíveis para venda líquida de efeitos fiscais	-	-	-	-	856	-	-	856	-	856
Equivalência Patrimonial sobre Ganhos Abrangentes de Coligadas	-	-	-	-	-	(34.020)	34.020	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	856	(34.020)	277.313	244.149	-	244.149
Destinações:										
Reserva Legal (Nota 28b)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Absorção de Prejuízo	-	(195.208)	-	-	-	-	195.208	-	-	-
Transferência de Lucros Acumulados para Reserva de Lucros	-	-	-	402.721	-	-	(402.721)	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio Provisionados (Nota 28c)	-	-	-	-	-	-	(69.800)	(69.800)	-	(69.800)
Redução de participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	3.460.732	-	635	410.708	(13.403)	-	-	3.858.672	-	3.858.672

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXO DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2017	31/12/2016
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	321.862	(272.240)
AJUSTES PARA RECONCILIAR O LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS AO CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	(2.371)	(22.173)
Depreciações e Amortizações	32.379	39.574
Provisão para desvalorização de ativos não correntes mantidos para venda	(17.003)	(6.173)
Prejuízo na venda de ativos não correntes mantidos para venda	8.688	48.864
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros	39.422	24.853
Resultado de participação em coligadas	2.993	863
Provisões líquidas	514.398	323.294
Perdas no valor recuperável de ativos financeiros	1.105.598	1.053.458
Lucro/Prejuízo líquido ajustado	2.005.966	1.190.320
Variação de Ativos e Passivos:		
Redução em depósitos compulsórios	-	1.660
Redução/(Aumento) em instrumentos de dívida	36.273	(59.972)
(Aumento)/Redução em derivativos ativos	(10.159)	524.354
Redução/(Aumento) em empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	95.112	(136.182)
(Aumento) em empréstimos e adiantamentos a clientes	(345.469)	(2.691.721)
Redução/(Aumento) em outros ativos	91.712	(531.305)
(Redução)/Aumento em passivos financeiros mantidos para negociação	47.880	(13.886)
(Redução) em relações com correspondentes	41.388	53.010
(Redução)/Aumento em depósitos de instituições financeiras	(3.468.690)	2.055.760
Aumento em depósitos de clientes	2.356.572	568.569
(Redução) em obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(209.493)	(75.843)
(Redução) em passivos fiscais	(15.773)	(19.355)
(Redução)/Aumento em outros passivos	(410.067)	172.124
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.866)	(2.244)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	207.385	1.035.289
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Alienação de ativos não correntes mantidos para venda	(57.463)	103.568
Alienação de investimentos	229.000	-
(Aumento) de capital de investimentos	-	(12.359)
Aquisição do ativo tangível	(1.938)	(6.660)
Aplicações do ativo intangível	(18.381)	(17.853)
Aplicação de ativos financeiros disponíveis para venda	(87.966)	(103.833)
Resgate de ativos financeiros mantidos até o vencimento	614.659	35.540
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(USADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	677.911	(1.597)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
(Redução) em recursos de emissão de títulos	(618.378)	(1.152.632)
(Redução) em dívidas subordinadas	(122.350)	(285.279)
Variação nas participações minoritárias	-	(19)
CAIXA LÍQUIDO (USADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(740.728)	(1.437.930)
(REDUÇÃO) LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	144.568	(404.238)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	19.521	401.586
EFEITO DAS MUDANÇAS DAS TAXAS DE CÂMBIO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.371	22.173
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO (Nota 8)	166.460	19.521
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(144.568)	404.238
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE O FLUXO DE CAIXA		
Juros pagos	(3.097.099)	(3.063.797)
Juros recebidos	7.824.811	6.681.138
Transferência de ativos não correntes mantidos para venda	(8.633)	(45.862)
Ganhos não realizados em títulos disponíveis para venda	1.515	1.311

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco PAN S.A. ("Banco", "PAN" ou "Instituição"), é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo. Atua direta ou indiretamente por meio de suas controladas nos mercados de empréstimo consignado, cartão de crédito consignado, financiamento de veículos, cartão de crédito institucional e consórcio de veículos e imóveis. Além disso, tem carteiras em *run-off* de financiamento para empresas, financiamento para construção a incorporadores e construtores, financiamento e empréstimo imobiliário para pessoas físicas, crédito ao consumidor, máquinas e equipamentos, operações de câmbio, aquisição de recebíveis imobiliários, arrendamento mercantil de veículos e outros bens. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Grupo e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

Como estratégia alternativa à captação de recursos no mercado e parte integrante do plano de negócios, o PAN realiza cessões de créditos (com transferência ou retenção substancial de riscos e benefícios) de sua carteira para outras instituições financeiras. Na cessão de crédito com transferência substancial dos riscos e benefícios, o resultado é reconhecido de imediato nas receitas e despesas destas operações, bem como observa-se a redução dos ativos de risco e consequente adequação de capital. Os resultados estão refletidos nas demonstrações financeiras em receitas de intermediação financeira.

Através do acordo de acionistas, o Banco PAN é controlado conjuntamente pelo Banco BTG Pactual S.A. e pela Caixa Econômica Federal, através de sua subsidiária integral Caixa Participações S.A.

Abaixo demonstra-se a composição acionária do Banco PAN em 31/12/2017:

Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Banco BTG Pactual S.A.	272.865.193	51,00	102.031.711	25,90	374.896.904	40,35
Caixa Participações S.A.	262.164.546	49,00	112.732.358	28,61	374.896.904	40,35
Mercado	8	-	179.246.347	45,49	179.246.355	19,30
Total	535.029.747	100,00	394.010.416	100,00	929.040.163	100,00

2) BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards* ("IFRS")), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

Conforme plano de convergência estabelecido pelo BACEN, por meio do Comunicado 14.259, de 10/03/2006, Resolução nº 3.786 do CMN, de 24/09/2009 e Circular 3.472 do BACEN, de 23/10/2009, as instituições financeiras constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir comitê de auditoria nos termos da regulamentação em vigor devem, a partir de 31/12/2010, elaborar e divulgar anualmente IFRS, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo IASB, traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Accounting Standards Committee Foundation* (atualmente *IFRS Foundation*).

Estas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2017 foram aprovadas pela Diretoria em 26/03/2018.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

2.b) Base de consolidação

As sociedades controladas incluídas na consolidação e o percentual de participação do controlador são os seguintes:

Controladas Diretas	Participação total %	
	31/12/2017	31/12/2016
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	100,00	100,00
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	100,00	100,00
Brazilian Securities Companhia de Securitização.	100,00	100,00
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	100,00	100,00
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	100,00	100,00
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária. (1)	-	100,00
Panserv Prestadora de Serviços Ltda. (2)	-	-
Fundos exclusivos:		
Fundo de Investimento Imobiliário Premier Realty	-	100,00

(1) Empresa incorporada pelo Banco PAN S.A. em 28/06/2017 (aprovado pelo BACEN em 16/11/2017); e

(2) Empresa incorporada pelo Banco PAN S.A. em 20/12/2016 (aprovado pelo BACEN em 28/06/2017).

Nas demonstrações financeiras foram eliminadas as participações societárias, os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas, os resultados oriundos das transações entre o Banco e suas controladas diretas e indiretas.

As operações de arrendamento mercantil financeiro são apresentadas a valor presente no balanço patrimonial, e as receitas e despesas relacionadas, que representam o resultado financeiro dessas operações, estão apresentadas agrupadas na rubrica “Receitas com juros e similares” e “Despesas com juros e similares”.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando a Resolução nº 3.786/09 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que a partir de 31/12/2010 requer a elaboração de demonstração financeira consolidada de acordo com as *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), traduzidas para o português pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON).

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) por meio do resultado.

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração destas demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Moeda funcional e moeda de apresentação / transações em moeda estrangeira

As informações contábeis individuais de cada entidade são apresentadas na moeda do ambiente econômico primário, na qual cada entidade opera (moeda funcional). Para o propósito de consolidação das demonstrações financeiras, o resultado e a posição financeira das entidades consolidadas estão expressos em Reais, moeda funcional do Banco e de suas subsidiárias e também a moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos no resultado de acordo com a IAS 21.

b) Definições, reconhecimento, classificação e reclassificação dos instrumentos financeiros

i. Definições e reconhecimento

Instrumento financeiro: é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

- Instrumento de patrimônio: é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.
- Derivativo: é qualquer instrumento financeiro com vencimento em data futura cujo seu valor justo se modifica em resposta às mudanças de uma ou mais variáveis de mercado (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou *rating* de crédito), no qual não haja investimento inicial ou que este seja inexpressivo ou inferior em comparação ao investimento inicial que seria efetuado em outros instrumentos financeiros não derivativos que respondam de forma similar às mudanças nas mesmas variáveis de mercado destacadas acima.
- As compras e vendas regulares de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na data da negociação - data em que é assumido o compromisso de compra ou venda dos ativos e dos passivos.
- Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos e contabilizados pelo valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa no reconhecimento inicial.
- Os ativos e passivos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescido dos custos de transação. A mensuração subsequente é feita através do custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros.
- Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são contabilizados pelo custo amortizado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros.
- Todos os derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial ao valor justo desde a data de fechamento da operação. As mudanças do valor justo dos derivativos desde a data do negócio são reconhecidas na rubrica "Ganhos (perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros" na demonstração consolidada do resultado.
- Os valores pelos quais os ativos financeiros, exceto instrumento de capital são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima do Banco ao risco de crédito relativo a esses ativos financeiros na data de cada uma das demonstrações financeiras consolidadas.

ii. Instrumentos financeiros

O Banco reconhece o ativo financeiro ou o passivo financeiro nas suas demonstrações financeiras quando, e apenas quando, se torna parte as disposições contratuais do instrumento na data da negociação.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

iii. Classificação e reclassificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

De acordo com o IAS 39, o Banco classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

- **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:**

a) Ativos financeiros para negociação: essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos com o propósito de geração de resultado no curto prazo decorrente de sua negociação e os instrumentos derivativos, exceto aqueles designados como instrumentos em estruturas de cobertura contábil (*hedge accounting*).

b) Designados a valor justo: essa categoria inclui os derivativos designados em estruturas de cobertura contábil (*hedge accounting*). Os ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo dos ativos financeiros mensurados a valor justo, incluindo aqueles para negociação, são reconhecidos no resultado na conta “Ganhos (perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros”, e os juros na conta “Receita com juros e similares”.

- **Ativos financeiros disponíveis para venda:** correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como “disponíveis para venda” ou aqueles não classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Os instrumentos de dívidas classificados como “disponíveis para venda” são mensurados ao valor justo. As receitas de juros calculadas utilizando o método de juros efetivos são reconhecidas no resultado. Resultados decorrentes de alterações no valor justo, com exceção das perdas por não recuperação, os quais são reconhecidos no resultado, são contabilizados no item “Perdas não realizadas de ativos financeiros disponíveis para venda”, líquidos de efeitos tributários na demonstração de resultados abrangente, e acumulados na rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por não recuperação, o resultado anteriormente acumulado na conta “Ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

- **Investimentos mantidos até o vencimento:** são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Entidade tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento, exceto:

- (a) os que a Entidade designa no reconhecimento inicial pelo valor justo por meio do resultado;
- (b) os que a Entidade designa como disponível para venda; e
- (c) os que satisfazem a definição de empréstimos e recebíveis.

Estes investimentos são mensurados pelo custo amortizado menos perda por não recuperação, com receita reconhecida pela taxa efetiva de juros.

- **Empréstimos e recebíveis:** essa categoria inclui empréstimos, financiamentos e outros recebíveis com ou sem característica de concessão de créditos, com base em sua natureza, independentemente do tipo de tomador e da forma de concessão de crédito. A característica preponderante do grupo de empréstimos e recebíveis é a não existência de mercado ativo, sendo este mensurado pelo custo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

amortizado, deduzido por eventual redução no valor recuperável, sendo as receitas deste grupo reconhecidas em base de rendimento efetivo por meio da utilização da taxa efetiva de juros.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, sendo determinada no reconhecimento inicial.

Um ativo financeiro poderá ser reclassificado entre categorias em circunstâncias excepcionais previstas no IAS 39. Para a reclassificação de um instrumento financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado, qualquer ganho ou perda já reconhecido no resultado não é revertido e o valor justo do instrumento financeiro, na data de sua reclassificação, se torna seu novo custo. Será reclassificado da categoria de instrumentos financeiros mantidos até o vencimento quando não houver mais a intenção ou capacidade financeira de se manter o ativo até o vencimento. Da categoria de empréstimos e recebíveis deverá ser reclassificado quando do aparecimento de mercado frequentemente negociado e havendo a intenção de negociação por parte da Administração.

iv. Classificação dos ativos financeiros para fins de apresentação

- **Caixa e equivalentes de caixa:** são representados por disponibilidades em moeda nacional, em moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificado de depósito bancário e fundo de renda fixa cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, e que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.
- **Empréstimos e recebíveis:** incluem os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. As operações de crédito e de arrendamento mercantil compreendem os empréstimos e títulos descontados, financiamentos e outros créditos.
- **Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras:** créditos de qualquer natureza, inclusive em operações realizadas no mercado aberto, em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil, exceto os representados por títulos.
- **Instrumentos de dívida:** representam os bônus e outros títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural.
- **Instrumentos de patrimônio:** são os instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, em entidades controladas ou em conjunto ou coligadas.
- **Outros ativos:** referem-se, basicamente, a saldos a receber no curto prazo junto a entidades não consideradas como “Instituições Financeiras” ou clientes decorrentes principalmente de valores pendentes de liquidação no curto prazo, valores a liquidar e quaisquer outros valores e bens não incluídos em outros itens.
- **Custos de aquisição diferidos:** As despesas de comercialização são diferidas e apropriadas ao resultado mensalmente, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices.
- **Derivativos:** inclui o valor justo em favor do Banco dos derivativos que foram designados como instrumento de cobertura (*hedge*) em estruturas de cobertura contábil dos instrumentos de *hedge* (*hedge accounting*) e outros instrumentos financeiros derivativos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

v. Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração

De acordo com o IAS 39, os passivos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- **Passivos financeiros para negociação:** (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os derivativos não designados em estruturas de cobertura contábil (*hedge accounting*).

Os ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo dos passivos financeiros para negociação são reconhecidos no resultado na conta "Ganhos (perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros".

- **Passivos financeiros ao valor justo no resultado:** (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os derivativos designados em estruturas de cobertura contábil (*hedge accounting*), incluindo os passivos financeiros objetos de cobertura contábil.

Os ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo dos passivos financeiros para negociação são reconhecidos no resultado na conta "Ganhos (perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros".

- **Passivos financeiros ao custo amortizado:** correspondem aos passivos que são atualizados, subsequentemente, pela taxa efetiva de juros, que desconta os pagamentos futuros estimados ao longo da existência do passivo. O cálculo da taxa efetiva inclui todas as despesas e receitas incrementais associadas ao instrumento financeiro (custo da transação).

As despesas de juros dos instrumentos financeiros passivos, são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas do resultado na conta de "Despesas de juros e similares".

vi. Classificação dos passivos financeiros para fins de apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- **Depósitos de instituições financeiras:** depósitos de qualquer natureza, inclusive no mercado aberto, recebidos em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil.
- **Depósitos de clientes:** inclui os depósitos a prazo recebidos pelo Banco e todos os demais saldos credores do Banco junto aos seus clientes.
- **Obrigações por títulos e valores mobiliários no Exterior:** inclui o valor de dívidas representadas por títulos negociáveis, exceto passivos subordinados.
- **Derivativos:** valor justo a pagar pelo Banco nos derivativos incluindo os instrumentos designados em estruturas de cobertura contábil dos instrumentos de *hedge* (*hedge accounting*).
- **Relações com correspondentes:** inclui os passivos assumidos em operações de cessão de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios, em virtude de parcelas recebidas antecipadamente a serem repassadas aos cessionários, mensurados com base na taxa de cessão.
- **Dívidas subordinadas ^(*):** refere-se às operações de captação por meio de emissão de notas subordinadas no Exterior.
- **Recursos de emissão de títulos ^(*):** refere-se a fontes de captação para financiamento das operações do PAN. São inicialmente mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação incrementais diretamente atribuíveis à sua emissão, e subsequentemente são avaliados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto nos casos em que a Instituição designou os passivos a valor justo contra resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

- **Obrigações por empréstimos e repasses** ^(*): refere-se a fontes de captação no País e no Exterior para financiamento das operações do PAN. São inicialmente mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação incrementais diretamente atribuíveis à sua emissão, e subsequentemente são avaliados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto nos casos em que a Instituição designou os passivos a valor justo contra resultado.
- **Obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros**: representa a obrigação em operações de cessão de crédito com coobrigação ou sem coobrigação, nas quais há a retenção substancial de riscos e benefícios dos ativos. Os valores são representados pelo valor presente dos compromissos financeiros futuros descapitalizados pela taxa original da cessão de crédito.

(*) Estas categorias são objetos de *hedge accounting*.

c) Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo

i. Mensuração dos ativos financeiros

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, exceto ativos mantidos até o vencimento.

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento, os empréstimos e adiantamentos e outros ativos financeiros na categoria de empréstimos e recebíveis são registrados pelo custo amortizado, sendo seu valor justo correspondente divulgado em nota explicativa nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos diretamente em conta específica do patrimônio líquido na conta "Ajustes de avaliação patrimonial", até que o ativo financeiro seja baixado. Nesse caso, o ganho ou perda acumulada na conta específica do patrimônio líquido é transferido para o resultado do exercício na conta de "Ganhos (perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros". Os juros/ganhos e perdas de variação cambial de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos no resultado do exercício. Os juros dos ativos financeiros disponíveis para venda são calculados com base na aplicação do método da taxa efetiva de juros.

O valor justo de um instrumento financeiro em uma determinada data é interpretado como o valor pelo qual ele poderia ser adquirido ou vendido naquela data por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo ("preço cotado" ou "preço de mercado"). O instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis provenientes de negócio, negociante, corretor, grupo industrial, serviço de preços ou agência reguladora, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em base em que não exista relacionamento entre as partes.

O valor justo na data do negócio equivale ao preço de transação. Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros negociados em bolsa incluídos nas carteiras de ativos ou passivos financeiros para negociação é considerado equivalente ao seu preço cotado diariamente. Se, por razões excepcionais, não for possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos negociados em mercado de balcão.

O valor justo dos derivativos negociados em mercado de balcão é considerado equivalente à soma dos fluxos de caixa futuros resultantes do instrumento, descontados a valor presente na data da mensuração ("valor presente"), adotando-se técnicas de avaliação comumente adotadas pelos mercados financeiros:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Valor Presente Líquido – (VPL), e outros métodos, considerando as taxas de *input* observadas no mercado na respectiva data base.

ii. Mensuração dos passivos financeiros

Certos passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, conforme definido anteriormente.

Existem também os passivos financeiros a valor justo no resultado que se referem a obrigações de títulos e valores mobiliários no Exterior, dívidas subordinadas e instrumentos financeiros derivativos gerados em posições passivas em contratos de *swap* e “futuros”. O valor justo é mensurado pelo critério do valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros, descontados por taxas divulgadas no mercado futuro na data do balanço.

iii. Técnicas de avaliação

A tabela a seguir demonstra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros em 31/12/2017 e 31/12/2016, classificados com base nos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar o seu valor justo:

	31/12/2017			31/12/2016		
	Cotações de preço em mercados ativos (Nível 1)	Dados observáveis com instrumentos financeiros similares (Nível 2)	Total	Cotações de preço em mercados ativos (Nível 1)	Dados observáveis com instrumentos financeiros similares (Nível 2)	Total
Ativos financeiros para negociação	52.540	14.007	66.547	74.227	31.714	105.941
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	918	7.108.020	7.108.938	57	3.294.922	3.294.979
Ativos financeiros disponíveis para venda	853.641	268.823	1.122.463	706.294	328.203	1.034.497
Passivos financeiros para negociação	98	49.024	49.122	748	494	1.242
Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado	2.362	2.420.181	2.422.543	652	2.199.344	2.199.996



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

A seguir, os modelos internos adotados para determinação do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo cuja mensuração foi baseada em dados observáveis com instrumentos financeiros similares (Nível 2):

	Dados observáveis com instrumentos financeiros similares		Técnicas de avaliação	Principais premissas
	31/12/2017	31/12/2016		
ATIVO:	7.390.850	3.654.839		
Ativos financeiros para negociação	14.007	31.714		
Contratos de swap	-	4.315	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) - B3 S.A. Operações recentes efetuadas (características e riscos similares)
Recebíveis Imobiliários	14.007	27.399	Método do valor presente	Operações recentes efetuadas (características e riscos similares)
Ativos financeiros disponíveis para venda	268.823	328.203		
Certificados de Recebíveis Imobiliários	268.823	328.203	Método do valor presente	
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	7.108.020	3.294.922		
Contratos de swap	171.367	157.058	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) - B3 S.A.
Empréstimos e adiantamentos a clientes	6.936.653	3.137.864	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) - B3 S.A.
PASSIVO:	2.469.205	2.199.838		
Passivos financeiros para negociação	49.024	494		
Contratos de swap	49.024	494	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) - B3 S.A.
Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado	2.420.181	2.199.344		
Contratos de swap	153.618	145.240	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) - B3 S.A.
Depósitos de clientes	684.787	348.092	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) - B3 S.A.
Dívidas subordinadas	1.581.776	1.571.911	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) - B3 S.A.
Obrigações por Empréstimos no Exterior	-	134.101	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) - B3 S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Nível 1: Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida, patrimoniais e contratos de derivativos, que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros, que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.

Mercado Ativo: é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de apreçamento continuamente.

Nível 2: Dados observáveis, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos, cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados, que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos, principalmente, de ou ser confirmados por, dados observáveis de mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.

Nível 3: O Banco não apresentava em 31/12/2017 e 31/12/2016 instrumentos financeiros mensurados com base em modelos internos que não utilizam substancialmente dados de mercado observáveis.

iv. Reconhecimento de variações do valor justo

Como regra geral, variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros classificados como “para negociação” são reconhecidas na demonstração consolidada de resultado na rubrica “Ganhos (perdas) líquidas com ativos e passivos financeiros”.

v. Valor justo de ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Conforme mencionado anteriormente, os ativos financeiros de propriedade do Banco são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial, exceto empréstimos e recebíveis e ativos mantidos até o vencimento.

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Banco, exceto os passivos financeiros para negociação e outros passivos financeiros ao valor justo no resultado, são mensurados pelo custo amortizado no balanço patrimonial.

A seguir apresenta-se uma comparação entre os principais valores contábeis dos ativos e passivos financeiros do Banco não mensurados a valor justo e seus respectivos valores justos no final do exercício:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

	31/12/2017		31/12/2016	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e recebíveis	12.073.269	12.434.044	16.569.380	19.154.890
Empréstimos e adiantamentos a clientes	11.040.286	11.401.061	15.596.997	18.182.507
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	1.032.983	1.032.983	972.383	972.383
Ativos mantidos até o vencimento	539.312	554.877	1.153.971	1.164.693
Instrumentos de dívida	539.312	554.877	1.153.971	1.164.693
Passivos financeiros ao custo amortizado	17.403.156	18.916.604	19.910.925	21.161.769
Depósitos de instituições financeiras	10.321.635	10.322.997	13.790.325	13.791.712
Depósitos de clientes	4.240.618	5.805.058	2.220.741	3.571.165
Recursos de emissão de títulos	2.249.555	2.249.020	3.155.708	3.061.879
Dívidas subordinadas	189.804	195.943	174.502	173.914
Relações com correspondentes	197.184	197.184	155.796	155.796
Obrigações por op. de venda ou de transf. de ativos financeiros	204.360	146.402	414.116	407.303

As premissas utilizadas para a estimativa do valor justo estão definidas a seguir:

- As operações de empréstimos e adiantamentos a clientes referem-se, basicamente, às operações com taxas pré-fixadas cujo valor justo foi calculado com base nas taxas de juros praticadas pelo Banco nas respectivas datas-bases. As operações de empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras representam as operações compromissadas de curto prazo e os certificados de depósitos interfinanceiros indexados principalmente a taxas pós-fixadas e os seus valores contábeis se aproximam ao valor justo das operações. Os instrumentos de dívidas mantidos até o vencimento incluem cotas de fundos de investimentos e títulos públicos. Seus valores justos foram calculados pelas respectivas cotas, PU Anbima e pelo critério de valor presente líquido dos fluxos de caixa que foram descontados por taxas divulgadas no mercado futuro B3 S.A., respectivamente.
- Os passivos financeiros ao custo amortizado referem-se, basicamente, às operações de depósitos e captações atreladas às taxas pós-fixadas ou indexadores, tais como CDI, IGPM, IPCA e INPC.
- Para as operações de captação por meio de depósitos com taxas prefixadas e as captações no Exterior em moeda estrangeira, o valor justo foi calculado pelo critério de valor presente líquido dos fluxos de caixa que foram descontados por taxas divulgadas no mercado futuro (B3 S.A.).

d) Baixa de ativos e passivos financeiros

i. Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou parte aplicável de um ativo financeiro ou um grupo de ativos semelhantes) é baixado quando, e apenas se:

- O direito de receber o fluxo de caixa do ativo estiver vencido; ou
- O Banco transferiu o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou reter os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo financeiro, mas tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro e se: (a) o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou (b) o Banco não transferiu substancialmente ou reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas tenha transferido o controle sobre o ativo. O Banco realiza transações nas quais ativos financeiros reconhecidos são transferidos, porém quando todos ou a maioria dos riscos e benefícios dos ativos transferidos são retidos pelo Banco estes não são baixados do balanço patrimonial.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

ii. Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação em relação ao passivo for extinta, isto é, quando a obrigação especificada no contrato for retirada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado.

e) Compensação de instrumentos financeiros

Conforme o IAS 39, os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

f) Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e são periodicamente remensurados pelo seu valor justo com as variações reconhecidas diretamente no resultado.

Para a determinação do valor justo dos derivativos deve-se avaliar se o instrumento em questão é negociado em um mercado ativo ou não. Neste segundo caso, o cálculo do valor justo é realizado por meio de técnicas de precificação, incluindo fluxo de caixa descontado e outros modelos de precificação, tais como, a consideração do risco de crédito da contraparte (derivativos ativos) e do Banco (derivativos passivos).

De acordo com a política interna de gestão de riscos, o Banco documenta formalmente a relação de *hedge* entre os instrumentos de *hedge* e os itens hedgeados quando da designação inicial da operação, incluindo os objetivos de gerenciamento de risco e estratégias na contratação dos instrumentos de *hedge*, juntamente com a metodologia que será utilizada na mensuração da efetividade do *hedge*.

O Banco avalia, no início da operação e em bases periódicas, se os instrumentos de *hedge* são efetivos na compensação das variações no valor justo dos respectivos itens hedgeados durante o período para o qual o *hedge* está designado, e se os resultados atuais de cada *hedge* estão dentro dos limites de 80% a 125% de efetividade estabelecidos pelo IAS 39.

- **Hedge de valor justo**

Quando um derivativo é designado como *hedge* de valor justo de um ativo ou passivo reconhecido ou de um compromisso firme, as variações no valor justo do derivativo e as variações no valor justo do item objeto de *hedge* são reconhecidas diretamente no resultado do exercício.

- **Estrutura de *hedge* contábil**

No primeiro semestre de 2011, o Banco estruturou operação de *hedge* contábil de valor justo utilizando *swaps* cambiais e de taxa de juros com o objetivo de minimizar o risco de juros (cupom cambial) das captações externas em aberto (obrigações por títulos e valores mobiliários no Exterior e dívidas subordinadas).

Dessa forma, o Banco passou a realizar a marcação a mercado das dívidas subordinadas e obrigações por títulos e valores mobiliários emitidos no Exterior, e dos derivativos de *hedge*, realizando testes periódicos prospectivos e retrospectivos de efetividade do *hedge* contábil e passou a reconhecer o resultado dos derivativos e dos itens objeto de *hedge* diretamente no resultado do exercício.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

No segundo semestre de 2015, o Banco estruturou operação de *hedge* contábil de valor justo utilizando *swaps* cambiais e de taxa de juros com o objetivo de minimizar o risco de juros (cupom cambial) do empréstimo no Exterior em aberto realizada junto ao BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). No primeiro semestre de 2016, foi estruturada outra operação de *hedge* contábil semelhante, para outro empréstimo no Exterior realizada junto ao BID, protegida por contratos derivativos futuros e *swap* cambial.

Dessa forma, o Banco passou a realizar a marcação a mercado de obrigações por empréstimos junto ao BID emitidos no Exterior, e dos derivativos de *hedge*, realizando testes periódicos prospectivos e retrospectivos de efetividade do *hedge* contábil, passando a reconhecer o resultado dos derivativos e dos itens objeto de *hedge* diretamente no resultado do exercício.

No primeiro semestre de 2016, o Banco designou mais uma estrutura de *hedge* contábil de valor justo, correspondente à parcela da carteira de crédito de varejo e os respectivos instrumentos financeiros derivativos empregados com objetivo de minimizar o risco de taxa de juros pré-fixados. Assim, as operações de crédito de juros pré-fixados passaram a ser marcadas a mercado, com realização de testes periódicos prospectivos e retrospectivos de efetividade do *hedge* contábil e reconhecimento do resultado da marcação a mercado direto no resultado do exercício.

Já no segundo semestre de 2016, foi realizado o *hedge* contábil de valor justo de passivos pré-fixados de longo prazo e os respectivos instrumentos financeiros derivativos empregados com objetivo de minimizar o risco de taxa de juros pré-fixados. Assim, as operações passivas de longo prazo passaram a ser marcadas a mercado, com realização de testes periódicos prospectivos e retrospectivos de efetividade do *hedge* contábil e reconhecimento do resultado da marcação a mercado direto no resultado do exercício.

Empréstimo junto ao BID foi liquidado antecipadamente na data de 15/08/2017 no montante de R\$ 66.625 (US\$ 20.000) e 01/11/2017 no montante de R\$ 65.949 (US\$ 20.000).

• Instrumentos de *hedge*

Os instrumentos de *hedge* de exposições cambiais são derivativos que possuem como posição ativa valores em Dólar Americano (US\$) e como posição passiva valores em Reais (taxa pré-fixada ou atreladas ao DI).

Os instrumentos de *hedge* para exposições à taxas de juros pré-fixadas são derivativos que possuem uma perna indexada à taxa pré-fixada e outra perna indexada à taxa de juros DI.

• Objetos de *hedge*

Os itens objeto de *hedge* de exposições cambiais são as captações realizadas no Exterior (passivos), sendo dívidas subordinadas, obrigações por títulos e valores mobiliários emitidos no Exterior e a operação de empréstimos realizada junto ao BID, todos em Dólar Americano (US\$). As operações de empréstimo junto ao BID foram liquidadas até novembro de 2017.

Os itens objeto de *hedge* de exposições de taxas de juros pré-fixadas são parcelas da carteira de crédito varejo e passivos de longo prazo.

g) Redução do valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros

As perdas em ativos financeiros não classificados como “para negociação” são reconhecidas quando há evidência de deterioração em ativo individualmente ou de um grupo de ativos com as mesmas características (caso estes não sejam significativos para avaliação individual).

Os ativos financeiros são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

relação à operação, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados para os ativos financeiros classificados na categoria de “Empréstimos e Recebíveis”, para atribuição dos níveis de riscos dos seus clientes, os períodos de atraso das operações.

As evidências objetivas de que os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado possuem redução ao valor recuperável incluem: quebra de contrato, como inadimplência no pagamento dos juros, dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador, análise com base nas renegociações efetuadas pelo Banco, desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras, dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira e condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Na avaliação da redução ao valor recuperável coletivo, o Banco utiliza estudos históricos da probabilidade de inadimplência e volumes de perdas incorridas, ajustadas conforme o julgamento da Administração, quando as condições atuais de economia indicam que perdas reais tenham probabilidade de serem superiores ou inferiores àquelas sugeridas pela modelagem histórica.

A redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis e ativos mantidos até o vencimento é reconhecida no resultado na conta de “Perdas (líquidas de recuperações) no valor recuperável de ativos financeiros” em contrapartida da respectiva conta patrimonial do ativo financeiro. O reconhecimento de juros de ativos financeiros é suspenso quando a operação não representa benefícios prováveis de recuperação. Maiores detalhes quanto à redução de valores recuperáveis de ativos financeiros estão apresentados na nota 7.2.1 – Risco de Crédito.

As perdas por redução ao valor recuperável com instrumentos de dívida disponíveis para venda são reconhecidas transferindo-se a diferença entre o custo de aquisição amortizado e o valor justo atual, do patrimônio líquido para o resultado do exercício. Quando um evento subsequente reduz o valor da perda por redução ao valor recuperável anteriormente reconhecida em instrumentos de dívida disponíveis para venda, esta é revertida contra o resultado do exercício. Entretanto, quaisquer recuperações subsequentes no valor justo de um instrumento de patrimônio disponível para venda anteriormente ajustado por uma perda por redução ao valor recuperável, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. As mudanças nas provisões para redução ao valor recuperável atribuíveis ao valor do tempo são refletidas como componente da receita de juros.

Os empréstimos renegociados sujeitos à avaliação da redução do valor recuperável são tratados como novos empréstimos, mantendo-se inalterada a avaliação do risco de crédito ao devedor para fins de mensuração da redução do valor recuperável.

O Banco utiliza como prática a baixa para prejuízo das operações vencidas há mais de um ano, essas operações passam a ser controladas fora do balanço patrimonial.

Em caso de redução ao valor recuperável dos ativos mantidos até o vencimento, a perda é reconhecida como uma diminuição do valor contábil do ativo, sendo incluído no resultado do exercício.

h) Redução do valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

A redução do valor recuperável (*impairment*) dos ativos não financeiros – é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substanciais, independentemente de outros ativos ou grupo de ativos. As perdas por *impairment*, quando aplicável, são registradas no resultado do exercício em que foram identificadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Os valores dos ativos não financeiros são objetos de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável.

i) Vendas com compromisso de recompra e compras com compromisso de revendas

As compras de ativos financeiros vinculadas a contratos de revenda são reconhecidas como um financiamento concedido, garantido por ativo financeiro, sendo consideradas, quando aplicável, como “Caixa e equivalentes de caixa”.

As vendas de ativos financeiros vinculadas a contratos de recompra são reconhecidas como um financiamento recebido, garantido por ativo financeiro, sendo apresentadas no balanço patrimonial na conta “Depósitos de instituições financeiras” (passivo).

As variações do resultado entre os preços de compra e de venda são reconhecidos como “Receitas de juros e similares” e “Despesas de juros e similares” ao longo do prazo do respectivo contrato.

j) Ativos não correntes mantidos para venda

O Banco classifica os ativos em não correntes mantidos para venda, quando seu valor contábil puder ser recuperado, principalmente, por meio de uma operação de venda e não pelo uso contínuo e que também satisfaçam aos critérios de classificação como mantidos para venda. Estes são avaliados pelo menor valor entre o saldo contábil e o valor justo, por meio da utilização de percentuais históricos de recuperação que representam a melhor estimativa da Administração.

k) Investimentos em empresas coligadas e outros

De acordo com a IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto (*Joint Ventures*), coligadas são todas as empresas sobre as quais a Organização possui influência significativa nas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controle. Normalmente, é presumida influência significativa quando a Organização detém entre 20% e 50% dos direitos de voto. Mesmo com menos de 20% do direito de voto, a Organização poderá ter uma influência significativa, através de participação na administração da investida ou participação no Conselho de Administração, com poder de voto. Os investimentos em coligadas são registrados nas demonstrações contábeis pelo método da equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente ao custo.

Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzido, quando aplicável da respectiva provisão para perdas e de redução ao valor recuperável.

l) Ativos tangíveis

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controle dos bens para a entidade.

São representados pelos valores de imóveis, veículos, sistemas de processamento de dados, sistemas de comunicação, instalações e móveis/equipamentos de uso de propriedade das entidades consolidadas, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e qualquer perda por redução no valor recuperável.

Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição adicionado de todos os custos incrementais necessários para colocar o ativo em local e condição de uso, sendo que os custos incorridos posteriormente são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável a geração de benefícios econômicos futuros associados ao item e seu custo possa ser mensurado com segurança. Os demais gastos subsequentes são reconhecidos imediatamente na rubrica de “Outras despesas administrativas”, quando incorridos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

A depreciação é determinada pelo método linear com base na vida útil estimada e pelo custo de aquisição dos ativos deduzindo o seu valor residual.

As entidades consolidadas avaliam, na data-base das demonstrações financeiras, se há qualquer indicação de que um ativo possa ter valor não recuperável (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável). Caso tal situação ocorra, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil remanescente (se a vida útil precisar ser reestimada).

Os ganhos e perdas de alienação são determinados pela comparação entre o valor líquido recebido e o valor contábil e são reconhecidos como “Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda” na demonstração do resultado.

Benfeitorias em imóveis de terceiros: Somente são reconhecidos ativos tangíveis cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais as entidades consolidadas considerem provável a geração de benefícios econômicos futuros.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo prazo de vigência do contrato de aluguel.

As entidades consolidadas reconhecem qualquer perda por redução ao valor recuperável deste grupo de ativos. Os critérios utilizados para reconhecer estas perdas são similares aos utilizados para ativos tangíveis.

m) Ativos intangíveis

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção de entidade ou exercidos com essa finalidade, e no caso de ativos intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundos do seu uso. São representados por:

i. Licenças:

As licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. Posteriormente, as licenças com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização, para estes casos, é realizada pelo método linear de acordo com o prazo contratual, a partir da disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. O teste de *impairment* é realizado no mínimo a cada data de encerramento de exercício e sempre que houver evidência objetiva de perda da respectiva classe de ativos.

ii. Softwares:

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os mesmos e fazer com que estejam prontos para serem utilizados. Estes custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares*.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Banco, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios forem atendidos:

- A administração tem intenção e capacidade para uso ou venda do *software* sendo tecnicamente viável sua conclusão e provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*; e
- O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com confiabilidade.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

n) Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método contábil de aquisição. O método envolve reconhecer ativos (inclusive, se aplicável, ativos intangíveis previamente não reconhecidos) e passivos (inclusive passivos contingentes e excluindo reestruturação futura) identificáveis do negócio adquirido pelo seu valor justo. Ações emitidas e transferidas como parte de pagamento são mensuradas ao valor justo na data da emissão. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis que foram adquiridos é reconhecido como ágio. Se o custo de aquisição é menor que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis que foram adquiridos, o desconto na aquisição é reconhecido diretamente na demonstração do resultado no ano da aquisição.

O ágio adquirido em uma combinação de negócios é inicialmente contabilizado pelo custo, representando o excesso do custo da combinação de negócios sobre o valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis adquiridos. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo menos qualquer perda com redução ao valor recuperável acumulado. O ágio é revisado por redução ao valor recuperável anualmente, ou até mais frequentemente, se eventos ou mudanças em circunstâncias indicam que o valor contábil possa estar abaixo do valor recuperável. Eventuais perdas por *impairment* de ágio não são revertidas posteriormente.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

o) Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes

Os Administradores das entidades consolidadas, ao elaborarem suas respectivas demonstrações financeiras consolidadas, efetuaram uma distinção entre:

- Provisões: saldos representativos de obrigações presentes (legais ou presumidas) na data do balanço patrimonial decorrentes de eventos passados cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, embora o valor e/ou época sejam incertos.

Provisões são utilizadas para suprir as obrigações específicas para as quais foram originalmente reconhecidas. Tais provisões são constituídas com base nas melhores informações disponíveis sobre os eventos que lhe deram origem, sendo revisadas e ajustadas (quando necessárias) ao final do exercício. Provisões são total ou parcialmente revertidas quando essas obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

- Passivos contingentes: possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não-ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle das entidades consolidadas. Incluem as obrigações presentes das entidades consolidadas, caso seja provável que uma saída de recursos será necessária para a sua liquidação.

Os riscos decorrentes das ações administrativas ou judiciais de caráter tributário, cível e trabalhista são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação.

- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) – referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, e atualizados de acordo com a legislação vigente.
- Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de sua realização.

p) Reconhecimento de receitas e despesas

Os critérios mais significativos que foram utilizados pelo Banco para reconhecer suas receitas e despesas estão resumidos a seguir:

i. Receitas e despesas com juros e similares

As receitas e despesas com juros e similares, as comissões pagas ou recebidas que sejam componentes do retorno esperado da operação e todos os custos inerentes atrelados a origem do ativo ou captação do passivo são reconhecidas no resultado pelo prazo dos instrumentos financeiros originados (regime de competência) por meio da utilização do método da taxa de juros efetiva.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, ágios ou deságios, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

ii. Receitas de tarifas e comissões

As receitas e despesas de comissões são reconhecidas na demonstração do resultado utilizando-se critérios que variam de acordo com as características das operações que as originaram. Os principais critérios são os seguintes:

- As receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo, são reconhecidas no resultado pelo prazo contratual das operações; e
- As receitas ou despesas recebidas ou pagas em decorrência de prestação de serviço são reconhecidas de forma linear pelo período de tempo em que perdurar a prestação destes serviços.

iii. Receitas e despesas operacionais

São reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos futuros ou custos serão realizados / incorridos pela entidade, respeitando o prazo e características da relação contratual que lhes deram origem.

q) Garantias financeiras

O Banco emite garantias financeiras aos seus clientes, no curso normal dos seus negócios bancários.

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não o fizer independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou confirmados pela entidade, etc.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

O Banco reconhece inicialmente as garantias financeiras prestadas ao valor justo, na rubrica de “Receitas de tarifas e comissões”, que geralmente é o valor presente de taxas, comissões e juros recebidos e a receber desses contratos ao longo de seu prazo. Subsequentemente essa obrigação deve ser mensurada pelo maior valor entre: (i) o valor inicialmente reconhecido menos a amortização acumulada e (ii) o valor determinado de acordo com o IAS 37.

Garantias financeiras, independentemente do avalista, da instrumentação ou de outras circunstâncias, são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária. O risco de crédito é determinado pela aplicação de critérios similares aos estabelecidos para a quantificação de perdas por redução ao valor recuperável sobre instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado.

r) Benefícios a empregados

i. Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo são aqueles a serem pagos dentro de doze meses. Os benefícios que compõem esta categoria são: salários, ausências de curto prazo, participação nos resultados e benefícios não monetários.

ii. Benefícios rescisórios

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o contrato de trabalho é rescindido antes da data normal de aposentadoria. O Banco disponibiliza assistência médica e curso de qualificação e/ou requalificação profissional aos seus funcionários, conforme estabelecido pelo sindicato da categoria, como forma de benefício rescisório.

Os benefícios que vencem num prazo superior a doze meses após a data do balanço, quando aplicáveis, são descontados a valor presente.

s) Imposto sobre a renda – corrente e diferido

A apuração das bases de cálculo tributáveis do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro foi efetuada tomando-se por base a legislação fiscal vigente para o período-base. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%.

A contribuição social sobre o lucro é calculada para empresas financeiras a alíquota de 20% a partir de set/2015 e para as demais empresas alíquota de 9%.

Por meio de estudo técnico realizado pela Administração, a expectativa de recuperação dos créditos tributários contabilizados é de até dez anos (vide detalhamento na nota 15d). A compensação depende da natureza do crédito gerado, oriunda de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis ou não tributáveis.

A constituição, realização ou a manutenção dos créditos tributários são avaliadas periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a realização de tais valores.

A despesa do Imposto de renda e Contribuição social é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social na medida em que sejam considerados prováveis que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real nem o lucro contábil.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço a fim de determinar se ainda existem, realizando-se os ajustes adequados com base nas constatações das análises realizadas.

t) Operações de arrendamento mercantil (arrendador)

Os arrendamentos são classificados como arrendamento financeiro e apresentados no balanço patrimonial na conta de “Empréstimos e Recebíveis”.

O balanço patrimonial foi elaborado considerando as operações de arrendamento mercantil pelo método financeiro, a valor presente, demonstradas a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Carteira de arrendamento	15	102
Imobilizado de arrendamento	1.930	11.679
Depreciações acumuladas	(1.930)	(11.325)
Superveniência de depreciação	1.474	8.662
Credores por antecipação do valor residual	(1.267)	(7.390)
Saldo a valor presente	222	1.728

u) Operações de consórcio

A taxa de administração de consórcio é contabilizada quando do seu recebimento dos grupos de consórcio, à medida que os serviços são prestados. A comissão sobre vendas de cotas é contabilizada quando da comercialização das cotas e as demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

As obrigações por recursos não procurados estão registradas pelo valor a ser devolvido aos consorciados dos grupos encerrados, incluindo remuneração igual à do rendimento gerado pelas suas cotas de fundo de investimento no qual os grupos ativos têm aplicações, e estão apresentadas no grupo “outros passivos”.

v) Demonstração dos fluxos de caixa

Os termos, a seguir, são usados na demonstração dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

- Caixa e equivalentes de caixa: são representados por disponibilidades em moeda nacional, em moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificado de depósito bancário e fundo de renda fixa cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, e que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.
- Fluxos de caixa: são entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa.
- Atividades operacionais: são as principais atividades geradoras de receita e outras que não sejam atividades de financiamento ou de investimento.
- Atividades de investimento: são a aquisição e a alienação de ativos de longo prazo e outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

- Atividades de financiamento: são atividades que resultam em mudanças no tamanho e na composição do patrimônio líquido e no endividamento.

w) **Lucro básico e diluído por ação**

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos detentores das ações ordinárias pela média ponderada das ações ordinárias em poder dos acionistas na data do balanço. O lucro diluído por ação é determinado ajustando-se o lucro ou prejuízo básico por ação pelos investimentos com potencial de diluição.

Em 31/12/2017 e 31/12/2016 não existiam investimentos com potencial de diluição no Banco.

x) **Patrimônio líquido**

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas do Banco é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras no final do exercício, com base no estatuto social.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral / Conselho da Administração.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são deduzidos da mensuração inicial dos respectivos instrumentos de capital emitidos.

y) **Apresentação de relatórios por segmentos**

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas do Banco.

As receitas e despesas diretamente relacionadas com cada segmento são consideradas na avaliação do desempenho do segmento de negócios.

De acordo com o IFRS 8, o Banco possui os seguintes segmentos de negócios: (i) Financeiro; (ii) Consórcios; (iii) Securitização de Recebíveis; (iv) Promotora de Vendas; e (v) Outros.

z) **Benefício residual em operações securitizadas**

Corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários.

4) **USO DE ESTIMATIVAS CONTÁBEIS, CRÍTICAS E JULGAMENTOS**

As demonstrações financeiras consolidadas são influenciadas pelas políticas contábeis, premissas, estimativas e julgamentos do Banco. As estimativas e premissas que impactam as informações contábeis são aplicadas de forma consistente. Eventuais mudanças na apuração das estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente. As estimativas e premissas utilizadas pelo Banco são as melhores estimativas disponíveis e estão de acordo com as normas contábeis aplicáveis. Estimativas e julgamentos são avaliados em bases contínuas pelo Banco e baseadas nas experiências passadas e outros fatores, incluindo expectativas que consideram os eventos futuros. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significantes estão descritas abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

a) Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo incluem principalmente títulos e valores mobiliários classificados como ativos e passivos financeiros para negociação, inclusive derivativos e ativos financeiros disponíveis para venda.

Os valores justos dos instrumentos financeiros são apurados com base no preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação realizada entre participantes independentes na data da mensuração, sem favorecimento. Há diferentes níveis de dados que devem ser usados para mensurar o valor justo dos instrumentos financeiros (nota 9): os dados observáveis que refletem os preços cotados de ativos ou passivos idênticos nos mercados ativos (nível 1), os dados que são direta ou indiretamente observáveis como ativos ou passivos semelhantes (nível 2), ativos ou passivos idênticos em mercados sem liquidez e dados de mercado não observáveis que refletem as próprias premissas do Banco ao precificar um ativo ou passivo (nível 3). Maximiza-se o uso dos dados observáveis e minimiza-se o uso dos dados não observáveis ao apurar o valor justo. Para chegar a uma estimativa de valor justo de um instrumento mensurado com base em mercados não observáveis, o Banco primeiro determina o modelo apropriado a ser adotado e devido à falta de acompanhamento dos dados significativos, avalia todos os dados baseados nas experiências relevantes na derivação de dados de avaliação, inclusive, porém não se limitando a, curvas de rentabilidade, taxas de juros, volatilidades, preços de participações no capital ou dívidas, taxas de câmbio e curvas de crédito. Além disso, a respeito dos produtos que não são negociados em bolsa, a decisão do Banco deve ser considerada para avaliar o nível apropriado de ajustes de avaliação para refletir a qualidade de crédito da contraparte, o próprio valor de crédito, limitações de liquidez e parâmetros não observáveis, quando relevante. Embora se acredite que os métodos de avaliação sejam apropriados e consistentes com aqueles praticados no mercado, o uso de metodologias ou premissas diferentes para apurar o valor justo de determinados instrumentos financeiros poderia resultar em uma estimativa diferente de valor justo na data de divulgação e/ou liquidação.

b) Mensuração do valor recuperável de ativos financeiros da categoria “Empréstimos e Recebíveis”

Os ativos classificados na categoria de Empréstimos e recebíveis são mensurados por meio do custo amortizado, exceto a parcela que possui *hedge* contábil e atualizados pela taxa efetiva de juros.

Para fins de IFRS no âmbito do IAS 39, na data-base de divulgação das demonstrações financeiras, o Banco deve avaliar as perdas inerentes a ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A determinação da perda por redução ao valor recuperável com empréstimos e recebíveis exige um alto nível de julgamentos que envolve critérios diversos de avaliação, tais como:

- análise das características gerais da carteira de empréstimos e recebíveis;
- risco das operações; e
- qualidade das garantias (quando aplicável).

O Banco utiliza-se de modelos internos para analisar as carteiras de empréstimos e recebíveis para determinar a provisão necessária para perdas conforme nota 7. Nesses modelos são aplicados fatores estatísticos de perda histórica observável de um período de tempo suficiente para capturar efeitos sazonais e remover os efeitos de condições de mercado incomuns para grupos de empréstimo com características de risco semelhantes.

As metodologias e as suposições usadas são revistas regularmente para reduzir qualquer diferença entre as estimativas e a efetiva perda incorrida.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

c) Mensuração do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, incluindo ativos não correntes mantidos para venda

Na data-base de divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, o Banco possui como prática a verificação quanto à existência de evidências objetivas de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros. Esta mensuração pode envolver critérios subjetivos de avaliação, tais como análise de obsolescência técnica e operacional ou a expectativa de substituição do ativo por outro que gere benefícios econômicos futuros superiores ao anterior.

Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável. O Banco mantém provisão para desvalorização de veículos e afins relativos a ativos não correntes mantidos para venda.

d) Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos

Conforme nota 15, ativos fiscais diferidos são reconhecidos em relação às diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social na medida em que se considera provável que o Banco terá lucro tributável futuro de forma que tais ativos fiscais diferidos possam ser utilizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário do Banco, é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuras, que podem afetar as demonstrações financeiras consolidadas. As principais premissas que podem afetar essas estimativas, além das anteriormente mencionadas, dizem respeito aos seguintes fatores:

- Variações nos montantes depositados;
- Mudanças nas taxas de juros;
- Mudanças nos índices de inflação;
- Regulamentação governamental e questões fiscais;
- Processos ou disputas judiciais adversas;
- Riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e investimento;
- Mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro; e
- Mudanças nas condições econômicas e comerciais nos âmbitos regional, nacional e internacional.

e) Provisões, Contingências e Outros Compromissos

As contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da administração, levando em consideração o parecer dos assessores legais e reconhecidas quando considerado provável o risco de perda, decorrente de uma exigência para liquidar as obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com segurança.

O detalhamento das provisões, contingências e outros compromissos está apresentado na nota 26.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

5) NOVOS PRONUNCIAMENTOS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES

5.1. NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS APLICÁVEIS EM 31/12/2017

Não houve novos pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 31 de dezembro de 2017.

5.2. NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações contábeis consolidadas e não foram adotados antecipadamente:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - O pronunciamento substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: A IFRS 9 é aplicável a todos os ativos e passivos financeiros e estabelece novos requerimentos: (I) Classificação e Mensuração de Ativos Financeiros; (II) Redução ao Valor Recuperável; e (III) Contabilização de Hedge:

- (I) Classificação e mensuração de ativos financeiros: dois critérios devem ser considerados para determinar a classificação dos ativos financeiros, sendo o primeiro o modelo de negócios da entidade na gestão de seus ativos financeiros e o segundo as características do fluxo de caixa contratual dos ativos financeiros.
 - Modelo de negócios: refere-se a como a entidade gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. Ou seja, o modelo de negócios da entidade determina se os fluxos de caixa resultam do recebimento de fluxos de caixa contratuais, venda de ativos financeiros ou ambos; e
 - Características do fluxo de caixa contratual dos ativos financeiros: identificação dos fluxos de caixa do ativo que constituem apenas pagamento de principal e juros, por meio da aplicação do *SPPI test*.
- (II) Redução ao valor recuperável: A norma traz o conceito de perda esperada (incluindo o uso de informações prospectivas) e classificação em três estágios. Um ativo migrará de estágio de perdas de crédito esperadas à medida que o risco de crédito se deteriorar. Se, em um período subsequente, a qualidade de um ativo financeiro melhorar ou o aumento significativo no risco de crédito anteriormente identificado se reverter, o ativo financeiro poderá voltar para o estágio anterior, a menos que seja um ativo financeiro originado com problemas de recuperação de crédito.
 - Estágio 1: Perdas de crédito esperadas para 12 meses: representa os eventos de inadimplência possíveis dentro de 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros sem aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial;
 - Estágio 2: Perdas de crédito esperadas ao longo da vida do instrumento financeiro: Aplicável aos ativos financeiros com aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial; e
 - Estágio 3: Perdas de crédito esperadas ao longo da vida do instrumento financeiro: Aplicável aos ativos financeiros com aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial e com evidências objetivas de *impairment*.
- (III) Contabilização de *Hedge*: A IFRS 9 introduz novos requerimentos para a contabilização de hedge, cujos objetivos são simplificar os requisitos atuais e alinhar a contabilidade de cobertura com a gestão de risco, permitindo uma maior variedade de instrumentos financeiros derivativos que podem ser considerados como instrumentos de cobertura.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

O PAN decidiu manter seus *hedges accounting* alinhados com as diretrizes contábeis estabelecidas na IAS 39, haja vista que a própria IFRS 9 facultou a aplicação dos novos conceitos de *hedge accounting*, enquanto a norma não for emitida por completo, já que o conceito de macro *hedge* ainda não foi divulgado pelo IASB.

Com a intenção de compreender os efeitos potenciais do novo padrão contábil, durante o segundo semestre de 2017, a instituição reproduziu cenários em conformidade com premissas exigidas pela norma e concluiu que a adoção acarretará, segundo melhores estimativas atuais, uma redução não superior a 5% do patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais, podendo variar conforme o refinamento dos dados, critérios e premissas.

Os ajustes identificados serão reconhecidos em lucros acumulados na data da adoção sensibilizando diretamente o patrimônio líquido.

- IFRS 15 – “Receitas de Contratos com Clientes” – este normativo requer que o reconhecimento da receita seja realizado de modo a retratar a transferência de bens ou serviços ao cliente por um valor que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos destes bens ou serviços. Substitui o IAS 18, IAS 11, IFRICs 13, 15 e 18. Efetivo a partir de 01/01/2018 entretanto o IASB permite a adoção antecipada. Não há impactos nas demonstrações financeiras.

- IFRS 16 – Arrendamentos – substitui a IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e (c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. Efetiva para exercícios iniciados em 01/01/2019. Não há impactos nas demonstrações financeiras.

- Alterações IFRS 10 – “Demonstrações Financeiras Consolidadas” e IAS 28 – “Investimentos em Coligadas e Empreendimentos Controlados em Conjunto” (*joint venture*) – alterações referem a uma inconsistência entre as exigências das duas regras ao lidar com a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou *joint venture*. Data de vigência ainda não definida pelo IASB. Não teremos impactos.

6) COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

Em 19/07/2012, a instituição finalizou a operação de compra de 100% das ações integrantes do capital da Brazilian Finance & Real Estate S.A. (BFRE), por meio da aquisição de 100% do capital de sua controladora, PAN Holding S.A. (antiga Ourinvest Real Estate Holding).

As combinações de negócios, que ocorreram após a adoção das normas internacionais foram contabilizadas e estão sendo divulgadas de acordo com o IFRS 3 Combinação de Negócios.

O valor do ágio reconhecido na aquisição de R\$ 218.727 compreende o valor de sinergia esperada pela aquisição do grupo de empresas que a *holding* controlava e rentabilidade futura. Durante o processo de alocação do preço de compra, o Banco reconheceu ativos líquidos ao valor justo na transação. Não foram identificados e reconhecidos outros ativos intangíveis em função da não identificação dos mesmos na análise da combinação de negócios. O valor total transferido na aquisição compreende o caixa e equivalentes de caixa.

O Banco procedeu ao teste de recuperação do ágio para a identificação de possível perda com redução ao valor recuperável, não sendo necessário proceder nenhum ajuste no mesmo. Foram utilizadas as seguintes premissas para o teste do ágio:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

- Plano de negócios revisados relativos aos próximos dez (10) anos do grupo de empresas que fundamentam o ágio em sua essência integrantes da combinação de negócios.
- Ajuste a valor presente dos resultados anuais antes dos tributos do mencionado grupo de empresas, utilizando-se uma taxa projetada do DI de 9,64% e uma de *stress* de 10,77%.

7) GESTÃO DE RISCO OPERACIONAL E RISCOS FINANCEIROS

7.1. Introdução e visão geral

Os principais riscos aos quais o Banco está exposto, e que são provenientes de suas atividades, são apresentados a seguir:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

Esta nota apresenta informações sobre a estrutura de Gerenciamento de Riscos de Capital.

7.2. Estrutura de gerenciamento de risco

O Conselho de Administração representa a maior instância na estrutura de gestão do Banco, sendo subordinados a ele o Diretor Presidente e a estrutura de Auditoria. As diretorias, segmentadas por tipo de atividade e negócio, estão ligadas diretamente ao Diretor Presidente. Entre essas, está a Diretoria de Controladoria e Compliance, que possui a atribuição de definir as metodologias e métricas de risco, assim como o monitoramento e reporte de todos os riscos financeiros e não financeiros aos quais a atividade bancária está sujeita.

A unidade responsável pelo gerenciamento, monitoramento e controle dos riscos de mercado, crédito, liquidez e capital é a Gerência de Riscos Financeiros e Capital. A unidade responsável pelo gerenciamento, monitoramento e controle do risco operacional é a Gerência de Riscos Não Financeiros. Ambas as gerências pertencem à Superintendência de Riscos e Controles.

O Banco PAN adota as seguintes definições no gerenciamento de riscos:

- **Risco de Crédito:** é o risco associado: (i) ao não cumprimento, pelo tomador, garantidor ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados; (ii) à desvalorização de contrato de crédito ou instrumento financeiro devido à deterioração de risco do tomador ou emissor; (iii) à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

No tratamento do risco de crédito, o risco de concentração a tomadores, garantidores, contrapartes, emissores e setores econômicos deve ser levado em consideração.

- **Risco de Liquidez:** é o risco associado à possibilidade do PAN não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.
- **Risco de Mercado:** é o risco associado à variação do valor dos ativos e passivos do PAN, devido à flutuação dos preços de mercado. Consideram-se como subcategorias o risco de taxa de juros; da variação cambial, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*). Inclui-se nesta

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

definição o risco de variação nos preços devido à falta de liquidez dos instrumentos, ou, ainda, a necessidade de transação de volume elevado em relação ao normalmente transacionado.

- **Risco Operacional:** é o risco devido à ocorrência de eventos resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou ainda de eventos externos relacionados que impactem o alcance dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais do PAN. Essa definição inclui o risco legal, que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo PAN, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo PAN.

O PAN classifica os eventos de Risco Operacional nas seguintes categorias:

- Fraude interna;
- Fraude externa;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente no local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição;
- Interrupção das atividades da instituição; e
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação.

7.2.1. Risco de crédito

Na estrutura do Banco PAN, tanto na concessão de crédito como no gerenciamento dos riscos de crédito e na cobrança e recuperação de ativos, a carteira é dividida nos segmentos empresas, varejo e crédito imobiliário, sendo o primeiro composto por empréstimos e financiamentos a pessoas jurídicas e os demais a pessoas físicas (Crédito Direto ao Consumidor - CDC, Leasing, Crédito Pessoal, Cartões de Crédito, Consignado e Crédito Imobiliário).

a) Políticas e estratégias da gestão de risco de crédito

A unidade de gerenciamento de risco de crédito tem como objetivos:

- Monitorar a concentração de exposição por contrapartes, área geográfica e setor de atividade;
- Identificar, mensurar, monitorar e reportar o risco de crédito das carteiras, bem como acompanhar o volume de provisionamento regulatório e gerencial;
- Propor, acompanhar e reportar os limites de exposição aos riscos de crédito de carteira;
- Disseminar junto às unidades, principalmente as de negócio e produto, as melhores práticas relacionadas ao gerenciamento do risco de crédito de carteira; e
- Monitorar, reportar e propor ações de mitigação, visando manter a exposição a risco de crédito de carteira alinhada à estratégia de negócios definida pela alta Administração.

A Auditoria Interna realiza auditorias regulares nas unidades de negócios e nos processos de crédito do Grupo.

b) Ciclo de Crédito

O Banco PAN tem como premissa básica para a concessão de crédito, a análise da capacidade de caixa e capacidade de acesso às linhas de crédito da empresa ou a capacidade de pagamento da pessoa física.

Em todos os casos, as garantias das operações são observadas como acessórias e, portanto, não sendo o principal motivo para concessão de crédito. O nível de garantias exigidas está relacionado ao risco do cliente e da operação. O processo de concessão de crédito está estruturado da seguinte forma para cada um dos principais segmentos de atuação, empresas, varejo e crédito imobiliário:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

I. Empresas

Nas operações com empresas, os clientes são avaliados atendendo aos princípios de seletividade e aderência do ramo de atividade à modalidade da operação proposta. O processo de concessão de crédito é suportado pelas informações fornecidas pelos clientes, relatórios de visitas do gerente comercial, bem como pelo cumprimento das exigências mínimas estabelecidas ou aquelas que são divulgadas pela Diretoria e/ou Banco Central do Brasil.

A classificação do *rating* do cliente é realizada no momento da avaliação de crédito. O modelo de classificação leva em consideração informações quantitativas e qualitativas obtidas junto ao cliente, visitas técnicas e pesquisas no mercado, com clientes, fornecedores e concorrentes. Quando é caracterizado grupo econômico, é definida uma classificação para o grupo consolidado. A partir do *rating* do cliente é definido um *rating* da operação, que leva em consideração as garantias envolvidas.

II. Varejo

Nas operações de varejo, o processo de concessão de crédito é suportado pelas informações cadastrais de cada cliente capturadas nos pontos de venda, pelos dados de *bureaus* de crédito, pela avaliação dos analistas de crédito e modelos de *scoring* automatizados, bem como pelo cumprimento das exigências internas definidas pela Diretoria e externas, pelo Banco Central do Brasil.

III. Crédito Imobiliário

As aprovações de uma operação levam em conta, principalmente, a verificação da capacidade de pagamento dos clientes pessoas físicas, e no caso de pessoas jurídicas, principalmente, as condições e a viabilidade do empreendimento objeto da operação, bem como as garantias oferecidas. A viabilidade de um empreendimento é constatada por um estudo, desenvolvido por empresa especializada, sendo que as liberações são realizadas de acordo com o cronograma da obra, sempre através do reembolso do percentual já executado. A formalização interna para as liberações de recursos é aprovada pelo diretor responsável pela operação, ou na ausência deste, por um diretor estatutário.

São realizados controles e acompanhamentos dos respectivos processos, restrições e limites estabelecidos, além da análise dos riscos e submissão às alçadas e aos comitês aprovadores.

c) Gerenciamento de Risco de Crédito

Após a contratação da operação, é necessário realizar o gerenciamento de risco de crédito das carteiras de produtos, segmentos e de cada empresa do Conglomerado PAN, visando analisar o comportamento de pagamento das operações.

d) Exposição ao Risco de Crédito

Na tabela a seguir tem-se o resumo da exposição máxima ao risco de crédito nas carteiras próprias, cedida com coobrigação para 31/12/2017 e 31/12/2016. A exposição máxima atingiu R\$ 25,2 bilhões, sendo R\$ 2,4 bilhões deste montante limites não utilizados de cartão de crédito e garantias prestadas (R\$ 26,8 bilhões, sendo R\$ 2,5 bilhões deste montante limites não utilizados de cartão de crédito e garantias prestadas em 31/12/2016).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

I. Exposição máxima ao risco de crédito

	31/12/2017		31/12/2016	
	Total	Redução ao valor recuperável	Total	Redução ao valor recuperável
Empréstimos e adiantamentos a clientes	18.951.103	974.164	19.680.049	945.188
Benefício residual em operações securitizadas	11.215	-	2.927	-
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	1.032.983	-	972.383	-
Instrumentos de dívida	1.715.141	-	2.277.251	-
Instrumentos financeiros derivativos	174.067	-	163.908	-
Recebíveis imobiliários	14.007	-	27.399	-
Itens não registrados no balanço patrimonial (1)	2.404.624	-	2.545.276	-
Valores a receber por cessão de créditos	916.550	-	1.128.806	-
Exposição máxima ao risco de crédito	25.219.690	974.164	26.797.999	945.188

(1) Referem-se a limites não utilizados de cartão de crédito e garantias prestadas

Instrumento de dívida são representados, substancialmente, por 84,2% em títulos do governo brasileiro dos quais não apresentam risco de crédito, conforme definição do BACEN.

Na tabela a seguir é apresentada a distribuição dos ativos de acordo com a classificação de vencimento e ocorrência de redução ao valor recuperável.

Carteira de Crédito	31/12/2017	31/12/2016
Não vencidos nem sujeitos a perdas pela redução ao valor recuperável	14.253.361	13.802.851
Vencidos mas não sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável	2.387.091	2.791.993
Sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável	2.310.651	3.085.205
Total de empréstimos e adiantamento a clientes	18.951.103	19.680.049
Perdas por redução ao valor recuperável	(974.164)	(945.188)
Valor líquido (Nota 12a)	17.976.939	18.734.861

A concentração de risco dos maiores devedores segue na tabela a seguir:

Maiores devedores	31/12/2017		31/12/2016	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
10 maiores devedores	400.086	2,11	434.910	2,21
50 seguintes maiores devedores	874.191	4,61	1.042.311	5,30
100 seguintes maiores devedores	672.770	3,55	1.026.921	5,22
Demais devedores	17.004.056	89,73	17.175.907	87,27
Total	18.951.103	100,00	19.680.049	100,00

Da carteira de crédito total do varejo, os empréstimos cobertos por garantias são: veículos leves, veículos pesados, motos, máquinas pesadas e náutica.

As operações de crédito com prazos renegociados correspondem às transações reestruturadas em razão da deterioração da posição financeira dos tomadores. Uma vez que a operação é reestruturada, esta continua nesta categoria independentemente de ter desempenho satisfatório após a reestruturação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

A carteira de operações de crédito com prazos renegociados atingiu R\$ 97.601 (R\$ 78.373 em 31/12/2016). Os produtos contemplados na carteira de renegociação são os financiamentos de veículos leves, motos e pesados.

(I) A tabela a seguir apresenta os ativos vencidos mas não sujeitos a perda ao valor recuperável distribuídos por idade do atraso.

Atraso (em dias)	31/12/2017		31/12/2016	
	Saldo	%	Saldo	%
1 a 30	1.602.913	67,15	1.731.466	62,00
31 a 60	499.774	20,94	662.304	23,73
61 a 90	284.404	11,91	398.223	14,27
Total	2.387.091	100,00	2.791.993	100,00

(II) A tabela a seguir apresenta os ativos sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável distribuídos por idade do atraso.

Atraso (em dias)	31/12/2017		31/12/2016	
	Saldo	%	Saldo	%
A vencer	854.525	36,98	1.652.399	53,56
Vencidos acima de 90 dias	1.456.126	63,02	1.432.806	46,44
Total	2.310.651	100,00	3.085.205	100,00

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

A distribuição setorial da carteira de crédito é demonstrada na tabela a seguir.

Setor	31/12/2017		31/12/2016	
	Valor	%	Valor	%
Pessoa Física	16.508.102	87,11	15.933.600	80,96
Agroindústria	240.085	1,27	498.061	2,53
Açúcar e Etanol	118.589	0,63	182.903	0,93
Agronegócio e Proteína Animal	121.496	0,64	315.158	1,60
Comércio	385.709	2,03	586.544	2,98
Atacado e Varejo	385.709	2,03	586.544	2,98
Indústria de Base	191.814	1,01	283.469	1,44
Autopeças	12.072	0,06	16.382	0,08
Indústria Química	9.380	0,05	23.103	0,12
Outras Indústrias	84.821	0,45	147.578	0,75
Papel e Celulose	64.942	0,34	68.522	0,35
Têxtil	20.599	0,11	27.884	0,14
Serviços	1.625.393	8,58	2.378.375	12,09
Construção e Incorporação	906.967	4,78	1.368.002	6,95
Financeiros	141.823	0,75	137.020	0,70
Locação de veículos	18.591	0,11	22.003	0,11
Mídia, TI e Telecom	4.792	0,03	2.327	0,01
Outros Serviços	411.313	2,17	650.553	3,31
Saúde, Segurança e Educação	5.750	0,03	35.435	0,18
Transporte e Logística	98.995	0,52	139.360	0,71
Utilitários	37.162	0,19	23.675	0,12
Total	18.951.103	100,00	19.680.049	100,00

Na tabela a seguir, temos a distribuição da carteira de crédito segundo os critérios exigidos pelo órgão regulador de bancos brasileiros (BACEN), por meio da Resolução nº 2.682/99.

Ratings de risco do BACEN	31/12/2017	31/12/2016
Rating A	15.066.865	14.516.580
Rating B	1.030.382	1.811.039
Rating C	753.546	1.056.558
Rating D	545.156	818.331
Rating E	376.436	339.344
Rating F	333.817	250.855
Rating G	140.970	178.355
Rating H	703.931	708.987
Total	18.951.103	19.680.049

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

e) Provisão para redução ao valor recuperável – Perda Incorrida

O cálculo da perda incorrida em operações de crédito do varejo analisadas de forma coletiva é realizado segmentado por produto, preservando as características de risco de crédito e recuperação de cada grupo, dentre elas Operações de Crédito Consignado, Crédito Direto ao Consumidor (CDC), Financiamento de Veículos, Financiamento Imobiliário, Crédito Pessoal com ou sem a presença de garantia atrelada e Operações com Cartão de Crédito.

As evidências de perdas são estimadas para cada grupo de ativo de acordo com experiência histórica de pagamentos observados. Esta avaliação é realizada em uma janela de tempo suficiente para que os efeitos de condições incomuns sejam minimizados.

As metodologias e pressupostos usados são revistos regularmente para reduzir diferenças entre as estimativas e a efetiva perda incorrida.

Metodologia de perda incorrida – Varejo

Para o cálculo da estimativa de perdas das operações varejo para carteira própria e cedida com coobrigação, são realizados os seguintes procedimentos:

- Avaliação do comportamento da carteira de crédito em relação aos pagamentos e migração de saldo por faixas de atraso, para identificar o ponto de corte (90 dias) que evidencia a baixa propensão à recuperação do crédito. As operações analisadas compõem a carteira originada do Banco, incluindo as carteiras objeto de cessão de crédito.
- Avaliação do comportamento histórico de rolagem em uma janela de tempo de vinte e quatro meses identificando o momento de inscrição em prejuízo, para mensurar a perda incorrida nos diferentes grupos de ativos.
- Utiliza-se como estimativa de perda da carteira futura a média histórica dos doze meses anteriores à data base da análise onde é possível apurar a rolagem.
- A expectativa de perda da carteira total é composta pela estimativa de perda para cada produto.

Além das informações de recuperação de crédito ao longo do tempo, outros componentes precisam ser adicionados ao cálculo para permitir a correta estimativa da perda incorrida.

Para tornar a estimativa mais precisa, os custos de cobrança são deduzidos da recuperação estimada. Os procedimentos para a recuperação de crédito envolvem diversas ações como envio de cartas, telefonemas, negativação, entre outros. Todas as despesas realizadas na tentativa de recuperar os ativos são consideradas.

Metodologia de perda incorrida – Empresas

Para a carteira de crédito Empresas (segmento *Ativos Atacado*) foram analisadas todas as operações individualmente, utilizando os seguintes critérios para mensuração da provisão para perdas por *impairment*.

O modelo de classificação descrito na Norma de *Rating* Crédito Empresas leva em consideração informações quantitativas e qualitativas obtidas junto ao cliente. Essas informações são adquiridas em visitas técnicas e em pesquisas junto ao mercado, com clientes, fornecedores e concorrentes, além da estrutura de garantias da operação.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

PD – Probability of default

A PD das operações está relacionada ao *rating* atribuído pelo modelo de classificação.

LGD - Loss Given Default

O LGD das operações está relacionado ao tipo de garantia.

EAD - Exposure at Default

De maneira conservadora é utilizado EAD como o saldo devedor da operação.

LIP - Loss Identification Period

É atribuído ao LIP valor igual a 1.

7.2.2.Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco associado à possibilidade do PAN não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

i.Gerenciamento ao risco de liquidez

As principais atribuições da unidade responsável pelo controle de risco de liquidez são destacadas a seguir:

- Identificar, avaliar, mensurar, monitorar, controlar e reportar o risco de liquidez das operações ativas e passivas do Conglomerado;
- Elaborar e propor a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez, no mínimo anualmente, ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital;
- Propor ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital os limites de exposição ao risco de liquidez e realizar o monitoramento contínuo dos mesmos;
- Avaliar ou propor alternativas de mitigação do risco de liquidez em conjunto com os gestores de produtos e a mesa de operações;
- Identificar previamente o risco de liquidez inerente a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, analisando as adequações necessárias aos procedimentos e controles adotados pelo Conglomerado.

A unidade responsável pelo Controle de Risco de Liquidez gera e analisa, diariamente, um conjunto de informações e relatórios sobre as exposições e fluxos de caixa do PAN, incluindo aqueles relacionados à análise de descasamento dos ativos e passivos em moeda, prazo e taxa, e ao controle de limites aprovados e aqueles com as projeções de fluxos de caixa em cenários de normalidade e estresse em um horizonte de 90 dias, que são reportados para a mesa de operações e para a Diretoria.

Com relação aos aspectos regulatórios, mensalmente a área de Controle de Risco de Liquidez analisa e envia ao BACEN o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL), com informações relevantes sobre a liquidez do Conglomerado PAN.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

A Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez possui por objetivo estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades relativas ao gerenciamento do risco de liquidez em consonância ao plano estratégico e às melhores práticas de governança corporativa, visando resguardar a solvência do Conglomerado, manter a exposição a este risco em níveis adequados e dentro dos limites aprovados, e cumprir com os requerimentos regulatórios.

ii.Exposição ao risco de liquidez

Os valores projetados e prazos contratuais remanescentes de passivos financeiros são:

	31/12/2017 – Valor Futuro							
	Sem Vencimento	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos de clientes (*)	-	53.600	113.056	31.002	24.783	183.474	5.367.072	5.772.988
Depósitos de instituições financeiras	-	8.616.956	79.451	117.726	56.376	478.623	2.353.982	11.703.114
Total de depósitos	-	8.670.556	192.507	148.728	81.158	662.097	7.721.054	17.476.102
Dívidas subordinadas	-	-	-	73.399	19.737	338.586	1.658.837	2.090.559
Recursos de emissão de títulos	-	169.128	333.850	421.295	391.110	510.391	561.339	2.387.114
Instrumentos financeiros derivativos (a pagar)	-	658.475	-	882.113	400.697	1.240.978	4.305.428	7.487.692
Cessão de crédito com coobrigações	-	20.768	14.551	17.322	33.612	45.976	22.375	154.604
Total	-	9.518.926	540.908	1.542.858	926.314	2.798.029	14.269.034	29.596.070

	31/12/2016 – Valor Futuro							
	Sem Vencimento	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos de clientes (*)	-	42.453	8.021	24.255	90.037	233.693	5.420.203	5.818.662
Depósitos de instituições financeiras	-	11.724.685	35.034	2.878	28.475	16.340	538.838	12.346.250
Total de depósitos	-	11.767.138	43.055	27.133	118.512	250.033	5.959.041	18.164.912
Dívidas subordinadas	-	-	-	73.820	-	176.889	2.433.566	2.684.275
Recursos de emissão de títulos	-	597.166	288.043	142.378	742.432	977.178	744.152	3.491.349
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	2.720	-	2.962	3.132	151.180	159.994
Instrumentos financeiros derivativos (a pagar)	-	-	5.078	32.857	18.892	1.266.251	1.562.955	2.886.033
Cessão de crédito com coobrigações	-	23.265	21.238	25.810	58.824	124.726	224.608	478.471
Total	-	12.387.569	360.134	301.998	941.622	2.798.209	11.075.502	27.865.034

(*) os depósitos de clientes referem-se, basicamente, a operações de depósitos a prazo com datas de vencimento determinadas, porém podem ser resgatados antes dos prazos contratuais.

A tabela anterior apresentou os fluxos de caixa futuros referentes aos passivos financeiros, por prazo de vencimento, incluindo os valores a pagar estimados com operações de instrumentos financeiros derivativos. Os fluxos de caixa pós-fixados são estimados com base nas projeções de indexadores embutidas nas taxas de mercado em 31/12/2017 e 31/12/2016.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Com relação ao valor presente dos fluxos de vencimentos dos valores a pagar passivos financeiros, vide as respectivas notas explicativas desses passivos.

7.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é definido como o risco associado à variação do valor dos ativos e passivos do PAN, devido à flutuação dos preços de mercado. Consideram-se como subcategorias o risco de taxa de juros; da variação cambial, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*). Inclui-se nesta definição o risco de variação nos preços devido à falta de liquidez dos instrumentos, ou, ainda, a necessidade de transação de volume elevado em relação ao normalmente transacionado.

i. Gerenciamento do risco de mercado

A instância maior de gestão de riscos no Grupo PAN é o Conselho de Administração a quem subordina-se o diretor presidente e toda a diretoria. As Diretorias de Tesouraria e a Diretoria de Controladoria e Compliance são as áreas envolvidas no gerenciamento de riscos financeiros. O Comitê de Ativos e Passivos tem como atribuições, entre outras, a análise de conjuntura econômica, estabelecer e acompanhar limites operacionais, níveis mínimos de caixa, controle de exposições e gestão de descasamentos entre ativos e passivos.

A Política de Gerenciamento do Risco de Mercado define os princípios, os valores e as responsabilidades na gestão desse risco. Além disso, cabe a área de risco revisar e propor periodicamente as políticas e processos de riscos, visando ao contínuo melhoramento.

As principais atribuições da unidade responsável pelo controle de risco de mercado são destacadas a seguir:

- Identificar, avaliar, mensurar, monitorar, controlar e reportar o risco de mercado das operações ativas e passivas do Conglomerado;
- Elaborar e propor a Política de Gerenciamento do Risco de Mercado, no mínimo anualmente, ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital;
- Propor ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital os limites de exposição ao risco de mercado e realizar o monitoramento contínuo dos mesmos;
- Avaliar ou propor alternativas de mitigação do risco de mercado em conjunto com os gestores de produtos e a mesa de operações;
- Identificar previamente o risco de mercado inerente a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, analisando as adequações necessárias aos procedimentos e controles adotados pelo Banco PAN.

A identificação, mensuração, avaliação e controle dos riscos são realizados com base nas seguintes métricas:

- **Valor em Risco (“VaR” – Value at Risk):** corresponde à perda máxima potencial de uma carteira, em condições normais de mercado, que se baseia na análise do comportamento histórico dos preços dos ativos, suas volatilidades e correlações. O VaR utilizado pela área de Controle de Risco de Mercado é de 95% ou 99% de confiança para diferentes horizontes de tempo;
- **Perdas em cenários de estresse:** são as perdas teóricas calculadas depois da aplicação de choques nas curvas em cenários de estresse de mercado das posições atuais. Adicionalmente, são realizados os cálculos de estresse de taxa de juros para operações do *banking book*, conforme determinado pela Circular BACEN 3.365/07;
- **Análise de sensibilidade (DV01):** variação no valor presente de uma posição decorrente da variação de um ponto base (1 bp) nas taxas de juros atuais;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

- **Análise de sensibilidade (gregas):** sensibilidade dos preços das opções em relação aos preços dos ativos-objetos, volatilidades, taxas de juros e tempo;
- **Análise dos descasamentos** dos fluxos em moedas, prazos e taxas de juros;
- **Acompanhamento da efetividade dos derivativos financeiros** utilizados na mitigação de risco de mercado (operações com o objetivo de “*hedge*” de exposições em moeda estrangeira, por exemplo).

A unidade responsável pelo controle de risco de mercado utiliza uma composição de métricas para a mensuração diária da exposição ao risco de taxa de juros da carteira *banking*, que quando avaliadas em conjunto, tornam possível à Instituição ter uma visão mais clara e abrangente sobre os riscos de mercado incorridos. São exemplos de métricas:

- **VaR paramétrico:** corresponde à perda máxima potencial de uma carteira, em condições normais de mercado, que se baseia na análise do comportamento histórico dos preços dos ativos, suas volatilidades e correlações. O VaR utilizado pela área de Controle de Risco de Mercado para a mensuração da RBAN é de 95% ou 99% de confiança;
- **Análise de sensibilidade (DV01):** variação no valor presente de uma posição decorrente da variação de um ponto base (1 bp) nas taxas de juros atuais;
- **GAP ANALYSIS:** a análise de gaps é uma ferramenta importante na identificação das diferenças entre os valores tomados ou aplicados das posições da Instituição Financeira. Por meio de sua análise, é possível identificar as operações ou produtos que apresentam os maiores riscos de mercado, ou as diferenças de prazo, que geram risco de inclinação das curvas.

ii. Classificação das operações

De acordo com a Circular Bacen nº 3.354/07, o Banco PAN deve adotar critérios mínimos na especificação da identificação das operações incluídas na carteira de negociação. A área de Controle de Risco de Mercado monitora o cumprimento dos critérios estabelecidos na Política de Classificação das Operações assumidas pelo Banco PAN nas carteiras:

- **Trading Book (carteira de negociação):**

A carteira de negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a “*hedge*” de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas a limitações internas da sua negociabilidade.

- **Banking Book (carteira de operações não classificadas na carteira de negociação):**

A carteira de não negociação é composta, de forma geral, pelas operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, não classificados na carteira de negociação, inclusive aqueles destinados a “*hedge*” de outros elementos desta carteira.

- **Gestão de risco - Informações regulatórias**

A unidade responsável pelo controle de risco de mercado realiza a mensuração e cálculo, diariamente, do capital exigido pelas exposições pertencentes à carteira *trading* e pela exposição cambial do Banco PAN, cujos resultados são enviados ao BACEN por meio do Demonstrativo Diário de Risco (DDR). Mensalmente, são mensuradas as posições em risco, marcadas a mercado, do Banco PAN, que são enviadas ao BACEN por meio do Demonstrativo de Risco de Mercado (DRM).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

iii. Exposição aos riscos de mercado - carteiras mantidas para negociação

A principal ferramenta usada para medir e controlar a exposição aos riscos de mercado dentro das carteiras mantidas para negociação é o indicador de Valor em Risco (VaR). O VaR de uma carteira mantida para negociação é a perda máxima estimada que pode ocorrer dentro de um período específico de tempo (período de manutenção) e com uma dada probabilidade de ocorrência (nível de confiança).

O VaR é calculado tanto por meio da metodologia padrão estabelecida pelo BACEN na Circular nº 3.634/13, que estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente às exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas, quanto por modelo interno, utilizado para fins gerenciais e para o controle de limites internos aprovados. O modelo gerencial é baseado na abordagem paramétrica, com base na metodologia *Exponential Weighted Moving Average* (EWMA), para estimar a volatilidade a um nível de confiança de 99%.

Apresenta-se a seguir a posição de VaR desta carteira pela metodologia do BACEN:

	31/12/2017	31/12/2016	Δ%
VaR prefixados	2	11	-85,78%
Média 60 dias	1.659	2.965	-44,05%
Multiplicador	2,8	1,61	73,91%
Prefixados	13.987	16.132	-13,30%

	31/12/2017			31/12/2016		
	Média	Máximo	Mínimo	Média	Máximo	Mínimo
VaR prefixados	4.485	24.455	1	9.442	50.889	2
Média 60 dias	4.658	8.033	1.602	9.400	23.223	2.666
Multiplicador	2,05	3	1	2,12	3	1,40
Prefixados	28.651	57.847	14.393	54.014	164.173	15.348
Cupom de índice de preços	2.890	24.445	-	252	12.383	-
Cupom de taxa de juros	1	2	1	353	5.542	-

Pela metodologia interna, o VaR de 1 dia sofreu redução semelhante à abordagem padronizada:

	31/12/2017	31/12/2016	Δ%
VaR prefixados	4	3	57,83%
VaR IPCA	10	-	-
VaR USD	22	-	-
VaR Cupom Cambial	1	-	-
VaR sem efeito diversificação	37	3	57,83%
VaR com efeito diversificação (1)	29	3	57,83%

(1) Diversificação entre os fatores de risco e vértices.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

O quadro a seguir apresenta os valores médios, máximos e mínimos de VaR:

	31/12/2017			31/12/2016		
	Média	Máximo	Mínimo	Média	Máximo	Mínimo
VaR prefixados	1.176	5.732	2	2.281	12.124	2
VaR IPCA	60	588	-	9	708	-
VaR USD	48	1.136	-	134	1.556	-
VaR Cambial	24	1.136	-	230	2.211	-
VaR sem efeito diversificação	1.307	7.941	2	2.654	16.599	2
VaR com efeito diversificação	1.223	5.732	2	2.294	12.162	2

Embora o VaR seja uma ferramenta importante para a mensuração dos riscos de mercado, as premissas nas quais os modelos são baseados apresentam algumas limitações, incluindo as especificadas a seguir, que devem ser consideradas na gestão dos riscos incorridos:

- Um período de manutenção de 1 dia presume que é possível proteger ou vender posições dentro desse período, o que não necessariamente se observa, principalmente em momentos de estresse ou em mercados pouco líquidos. Entretanto, o perfil atual da carteira *trading*, constituído de operações de curto prazo e títulos de alta liquidez minimizam o impacto dessa assunção.
- Um nível de confiança de 99% não reflete perdas que possam ocorrer além desse nível. Mesmo dentro do modelo usado, existe uma probabilidade de 1% de que as perdas superem o VaR mensurado.
- O uso de dados históricos como base para determinar a possível faixa de resultados futuros nem sempre pode incluir todos os cenários possíveis, especialmente aqueles de natureza excepcional.
- O modelo assume uma distribuição normal para os retornos financeiros. Nas séries de retornos observados há mais observações distantes da média do que seria o caso de uma distribuição normal. Assim, enquanto uma distribuição normal se encerra rapidamente para refletir a raridade de eventos improváveis, a cauda da distribuição empírica permanece relativamente espessa.
- Abordar a correlação de preço entre os ativos de forma linear, corresponde à adoção de uma premissa demasiadamente forte, pois, justamente em momentos de crise, os preços tendem, ainda que por curto espaço de tempo, a apresentar comportamentos divergentes em relação ao histórico, o que pode resultar, por exemplo, em potencial aumento do risco incorrido advindo de posições que deveriam apresentar um risco conjunto inferior ao risco individual de cada uma. Tais alterações no padrão histórico de volatilidade (ou quebra de premissas) podem levar os modelos a apresentar violações e limitar a capacidade preditiva dos mesmos.

Para superar essas limitações, o Banco aplica medidas destinadas a mensurar riscos em momentos de estresse. São calculados, para o mesmo horizonte do VaR (1 dia), e o teste de estresse histórico, com horizonte diário.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

	31/12/2017	31/12/2016	Δ%
ES	33	3	100,35%
Teste Estresse Histórico	141	43	227,19%

O *Conditional VaR*, também conhecido como *Expected Shortfall* (ES) estima a perda média esperada da carteira quando o VaR é violado. A 99% de confiança, espera-se que o VaR seja violado duas ou três vezes por ano. O teste de estresse histórico é a perda que a Instituição incorreria, caso os piores cenários de variação nos fatores de risco acontecidos no passado ocorressem novamente, utilizando dados de mercado desde setembro de 2008 (ápice da crise do *subprime*).

	31/12/2017			31/12/2016		
	Média	Máximo	Mínimo	Média	Máximo	Mínimo
ES	1.401	6.567	3	3.249	13.934	214
Teste Estresse Histórico	11.086	32.390	43	22.160	94.198	30

As variações nos valores do teste de estresse seguiram as tendências observadas nas medidas de risco em cenário de normalidade, VaR (metodologias padrão e interna).

iv. Exposição ao risco de taxa de juros - carteira de operações não classificadas na carteira de negociação

A mensuração, monitoramento e controle do risco de taxa de juros da carteira *banking* são realizados por meio de uma composição de métricas que são avaliadas em conjunto, dentre elas o VaR paramétrico, a análise de sensibilidade a movimentos das curvas de mercado, a avaliação dos descasamentos de ativos e passivos, dentre outros.

A mensuração da parcela de capital referente ao risco de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação, a Rban, é realizada pela metodologia de VaR paramétrico delta-normal, para um horizonte de 10 dias. São avaliados também os impactos em cenários de estresse, que

estimam o percentual de variação do valor de mercado das operações não classificadas na carteira de negociação em relação ao Patrimônio de Referência, com utilização de choques compatíveis com 1º e 99º percentis de uma distribuição histórica de variações de taxas de juros.

Apresentamos a seguir a posição de Rban nos respectivos fins de exercícios para os fatores de risco de taxa de juros da carteira *banking*:

Rban	31/12/2017	31/12/2016	Δ%
Prefixados	6.584	59.454	-88,93%
Agregado das posições inferiores a 5%	4.026	15.762	-74,46%
Diversificação	3.716	1.441	157,82%
Rban Carteira	6.894	73.775	-90,66%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Rban	31/12/2017			31/12/2016		
	Média	Máximo	Mínimo	Média	Máximo	Mínimo
Prefixados	29.020	62.714	6.584	50.271	78.946	29.185
Cupom de Índice de Preços	-	-	-	2.648	37.070	-
Agregado das posições inferiores a 5%	10.842	22.288	3.085	14.974	28.763	2.654
Diversificação	2.260	3.819	1.118	6.205	13.775	807
Rban Carteira	37.602	78.232	6.894	64.825	99.238	36.719

A Rban é utilizada na gestão do risco de taxa de juros, junto com as demais métricas destacadas anteriormente, e sua mensuração é realizada e reportada diariamente pela unidade responsável pelo controle de risco de mercado. As estratégias para *hedges* das exposições ao risco de taxa de juros são avaliadas no Comitê Executivo de Ativos e Passivos (ALCO).

Outra ferramenta de gestão do risco de taxa de juros é a análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros do Banco a diversos cenários de curvas de taxas de juros. Tal análise mensura os impactos da carteira total do Banco (*trading* e *banking*) decorrente de variações nas taxas de juros e no câmbio. São apresentados a seguir os resultados da análise de sensibilidade, com a descrição dos cenários utilizados.

Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 10,01% ao ano ou 9,99% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 1% sobre o preço vigente.

Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% ao ano. torna-se 12,50% ao ano ou 7,50% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 25% sobre o preço vigente.

Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% ao ano. torna-se 15,00% ao ano ou 5,00% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 50% sobre o preço vigente.

Fator de risco	Carteira Conglomerado - exposições sujeitas a variações de:	Cenários		
		(I) Provável	(II) Possível	(III) Remoto
Taxas de Juros	Taxas de Juros Prefixadas	(901)	(186.606)	(378.531)
Cupom Outras Taxas de Juros	Taxas de Cupom de Taxas de Juros	(288)	(74.370)	(141.006)
Cupom de Índice de Preços	Taxas de Cupom de Índice de Preços	(190)	(19.965)	(38.265)
Moeda Estrangeira	Taxas de Câmbio	(63)	(1.584)	(3.168)
Cupom Cambial	Taxas de Cupom Cambial	(8)	(544)	(1.097)
Total em 31/12/2017		(1.450)	(283.069)	(562.067)
Total em 31/12/2016		(2.956)	(611.346)	(1.180.727)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

A seguir apresenta-se os valores patrimoniais vinculados a moedas estrangeiras em 31/12/2017 e 31/12/2016.

Ativos – Dólar	31/12/2017	31/12/2016
Operações de Crédito (ACC/CCE)	140.212	286.653
Outros Recebíveis	-	9.782
Total de Ativos	140.212	296.435

Passivos – Dólar	31/12/2017	31/12/2016
Dívida subordinada	1.585.191	1.576.844
Obrigações por empréstimos no Exterior	-	134.101
Total de Passivos	1.585.191	1.710.945

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados pelo Banco com o objetivo de realizar o gerenciamento dos riscos de mercado decorrentes das exposições em moedas, taxas de juros, além dos prazos de vencimentos das exposições.

Em 31/12/2017 e 31/12/2016, o valor dos instrumentos financeiros derivativos, em moeda estrangeira, foi igual a:

	Valor de Referência		Valor Justo	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Posição comprada				
Swap	1.113.478	1.309.090	1.766.600	1.946.661
DDI	65.606	59.898	65.606	59.898
Total	1.179.084	1.368.988	1.832.206	2.006.559
Posição vendida				
Swap	22.343	147.086	22.802	125.744
DDI	151.990	214.951	151.900	214.951
DOL	29.053	21.299	29.053	21.299
Total	203.386	383.336	203.755	361.994

7.2.4. Risco operacional

Visando o aperfeiçoamento e a adequada estrutura para o gerenciamento do risco operacional, o PAN empenha contínuos esforços e investimentos para, em conformidade com as leis, resoluções e normas internas e externas, implementar ações que permitam a efetividade do gerenciamento de riscos, o qual é realizado considerando o nível de complexidade dos seus negócios, produtos, processos e sistemas.

i. Processo de gerenciamento do risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional é composto das seguintes etapas: identificação; avaliação; mensuração; resposta; monitoramento; controle; e reporte dos riscos, e nesse processo são considerados também os respectivos controles.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Devido a sua natureza complexa, o risco operacional, possui características tanto subjetivas quanto objetivas, que implicam na utilização de metodologias qualitativas para identificar e avaliar os riscos, bem como metodologias quantitativas, como por exemplo, a base de dados de perdas e indicadores de riscos, performance e controle, para garantir que o gerenciamento do risco operacional seja efetivo e agregue valor à Instituição.

ii. Estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional

A estrutura para o gerenciamento do risco operacional é composta pelas diversas áreas e comitês do Conglomerado, e está baseada nas três linhas de defesa, sendo todas as áreas de negócio / suporte, as primeiras responsáveis pela gestão e controle dos riscos relativos aos processos, sistemas, e produtos sob sua responsabilidade; a área de Controle de Riscos Não Financeiros (“Riscos Não Financeiros”) e a área Jurídica atuam como uma segunda linha de controle, suportando as áreas de negócio / suporte nos aspectos técnicos e metodológicos ao mesmo tempo que monitoram e controlam os principais riscos; e, por fim, a Auditoria Interna, que realiza um terceiro nível de controle por meio da avaliação da estrutura de processos, sistemas e controles em vigor.

As áreas e os órgãos colegiados, que formam a estrutura de gerenciamento de risco operacional e legal do Conglomerado, atuam conforme a governança corporativa estabelecida no Grupo PAN e nos regimentos internos dos comitês de assessoramento à Diretoria. Em particular, no que tange ao gerenciamento do risco operacional, temos as responsabilidades descritas a seguir:

- Definir e disseminar os conceitos de risco operacional;
- Elaborar, sugerir e submeter ao Comitê responsável, as políticas, normas e limites operacionais associados à exposição ao risco operacional;
- Elaborar, sugerir e submeter ao Comitê responsável, as metodologias relacionadas ao gerenciamento de riscos operacionais e controles;
- Monitorar e controlar a exposição ao risco operacional, abrangendo todas as fontes relevantes de riscos e gerando relatórios tempestivos para a Diretoria;
- Suportar a identificação, prévia, do risco operacional inerente às novas atividades e produtos, e se estes se adequam aos procedimentos e controles adotados pelo Grupo PAN.

iii. Gerenciamento de Capital

Ao longo de 2013 e 2014, o Banco Central divulgou um conjunto de resoluções e circulares que passaram a valer a partir de outubro de 2013, com recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia (BCBS) ao sistema bancário mundial no que tange os requerimentos de capital exigido. Dentre as medidas prudenciais emitidas neste pacote de normas, conhecido como Basileia III, destacam-se aqueles referentes à apuração do Patrimônio de Referência (PR), através dos ajustes prudenciais, e aos requerimentos mínimos de capital, que tiveram novas alterações.

O Conglomerado Prudencial PAN atende aos critérios mínimos de capital definidos pelas resoluções nº 4.192/13 e nº 4.193/13. No cálculo das parcelas de Capital Exigido, tomam-se como base a circular nº 3.644/13 para o risco de crédito, as circulares nº 3.634/13 a nº 3.639/13, nº 3.641/13 e nº 3.645/13 para o risco de mercado, e a circular nº 3.640/13 para o risco operacional.

O quadro a seguir apresenta o Patrimônio de Referência (PR) e o capital exigido (RWA), além dos índices de Capital Principal, Capital Nível I e Índice de Basileia do Conglomerado Financeiro PAN (dezembro/14) e do Conglomerado Prudencial PAN (dezembro/15). Demonstra-se a seguir o cálculo do Índice de Basileia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Base de Cálculo – Índice de Basileia	31/12/2017	31/12/2016
Patrimônio de referência nível I	1.784.926	1.908.118
Capital Principal	1.784.926	1.908.118
Patrimônio de referência nível II	631.294	779.430
Patrimônio de referência para comparação com o RWA	2.416.220	2.687.548
Patrimônio de referência	2.416.220	2.687.548
- Risco de crédito	15.583.707	18.697.144
- Risco de mercado	195.002	329.776
- Risco operacional	2.359.044	1.285.684
Ativo ponderado pelo risco – RWA	18.137.752	20.312.604
Índice de Basileia	13,32%	13,23%
Capital nível I	9,84%	9,39%
Capital nível II	3,48%	3,84%

Dívidas subordinadas por prazo de vencimento

As dívidas subordinadas atuais, que não contêm as cláusulas mais restritivas previstas em Basileia III, deverão ter seu saldo totalmente excluído do capital da Instituição Financeira até janeiro de 2022. A partir de janeiro/16, o percentual máximo que poderá ser utilizado do saldo da dívida subordinada equivale a 60% em relação ao valor informado em dezembro/12.

O PAN utiliza três instrumentos de dívidas subordinadas autorizados e elegíveis a compor seu PR Nível II. O quadro abaixo apresenta um resumo destes instrumentos, bem como seus prazos de vencimento, taxa de juros, periodicidade de pagamento de juros e valor nominal.

	Valor da Operação	Moeda	Remuneração	31/12/2017	31/12/2016
Dívidas Subordinadas (1)	US\$ 500.000	US\$	Taxa de 8,50% ao ano	1.585.191	1.576.844
Letras Financeiras (2)	R\$ 10.000	R\$	100,0% da taxa CDI + 1,35% ao ano	19.152	17.190
Letras Financeiras (3)	R\$ 100.000	R\$	100,0% da taxa IPCA + 5,60% ao ano	169.895	156.631
Total				1.774.238	1.750.665

- (1) O ajuste de marcação a mercado das dívidas subordinadas foi contabilizado em contas de resultado de "Receitas com juros e similares", cujo montante foi de R\$ 14.343 no exercício findo em 31/12/2017 e (receita de R\$ 68.879 no exercício findo em 31/12/2016). Essa operação possui *hedge* de risco de mercado (nota 9d), com vencimento em 23/04/2020;
- (2) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 22/05/2012 com vencimento em 22/05/2018; e
- (3) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 05/06/2013 com vencimento em 05/04/2019.

8) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2017	31/12/2016
Disponibilidades em moeda nacional	4.447	12.387
Disponibilidades em moeda estrangeira	6.301	7.134
Total de disponibilidades	10.748	19.521
Aplicações interfinanceiras de liquidez ⁽¹⁾	155.712	-
Total de caixa e equivalentes de caixa	166.460	19.521

(1) Inclui as operações, cujos vencimentos na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

(2)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

9) ATIVOS FINANCEIROS: MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO / MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO – DERIVATIVOS (ATIVO E PASSIVO)

O Banco PAN participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de atender às necessidades próprias, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais e de compensação.

A Administração do Banco é responsável por estabelecer a política de risco e os limites de exposição. A responsabilidade por garantir o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela Administração é atribuída à área de gestão de riscos corporativos, que mantém relação de independência em relação às áreas de negócios e de processamento das operações.

O Banco utiliza instrumentos derivativos prioritariamente para compensar variações desfavoráveis de valor de mercado nas posições assumidas.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são custodiadas na B3 S.A. ou na CETIP S.A. Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais em contrapartida às respectivas contas de “Resultado com instrumentos financeiros derivativos”.

9.a) Posições dos instrumentos financeiros derivativos:

Instrumentos Derivativos	Ativos / Passivos financeiros para negociação		Ao valor justo no resultado (*)	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Indexador:				
Swap				
- Diferencial a receber	-	4.315	171.367	157.058
- Diferencial a pagar	(49.024)	(494)	(153.618)	(145.240)
Opções				
- Opções a Exercer	1	-	-	-
- Opções Lançadas	(1)	-	-	-
Contratos futuros				
- Posição ativa	1.782	2.478	918	57
- Posição passiva	(98)	(748)	(2.362)	(652)
Total líquido	(47.340)	5.551	16.305	11.223

(*) Os swaps classificados como ao valor justo por meio do resultado referem-se a operação de *hedge* contábil de valor justo apresentada na (nota 3f).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

9.b) Abertura por vencimento (valor de referência):

	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2017	31/12/2016
Swap	524.331	20.638	821.728	373.739	3.960.005	5.700.441	2.809.883
- Dólar x CDI	-	-	49.532	47.819	1.016.126	1.113.477	1.167.106
- CDI x Dólar	-	-	-	-	1.705	1.705	32.056
- CDI x Pré	524.331	-	772.196	325.920	2.942.174	4.564.621	1.433.477
- Pré x Dólar	-	20.638	-	-	-	20.638	35.260
- Libor x CDI	-	-	-	-	-	-	62.214
- Libor x Dólar	-	-	-	-	-	-	79.770
Opções	24.775.000	-	-	-	-	24.775.000	-
Compra Opç Venda	12.390.000	-	-	-	-	12.390.000	-
Venda Opç Venda	12.385.000	-	-	-	-	12.385.000	-
Contratos futuros	1.447.141	38.879	962.096	1.936.232	9.220.439	13.604.787	6.907.243
- DDI	9.919	9.866	29.484	34.192	143.692	227.153	274.849
- DI	1.434.741	-	932.612	1.902.040	9.076.747	13.346.140	6.611.095
- Dólar	2.481	29.013	-	-	-	31.494	21.299
Total	26.746.472	59.517	1.783.824	2.309.971	13.180.444	44.080.228	9.717.126

9.c) Local de negociação e contrapartes:

Valor de referência	31/12/2017	31/12/2016
CETIP (balcão)	5.700.441	2.809.883
B3 S.A. (bolsa)	38.379.787	6.907.243
Total	44.080.228	9.717.126

Contrapartes: Em 31/12/2017 estão assim distribuídas: B3 S.A. 87,07% (71,08% em 31/12/2016), Instituições Financeiras 12,88% (27,73% em 31/12/2016), e outros 0,05% (1,19% em 31/12/2016).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

9.d) Hedge Contábil – Valor de Mercado:

	31/12/2017	31/12/2016
Instrumentos Financeiros		
Posição Ativa	2.460.546	2.289.204
Swap – Dólar (1)	1.766.600	1.805.442
Futuros DDI B3 S.A. – Dólar (1) (4)	-	66.144
Swap – Dólar (1) (4)	-	64.530
Futuros DI1 B3 S.A. - Taxa Pré – Reais (2)	693.946	353.088
Posição Passiva	(9.189.705)	(3.700.766)
Swap – Taxa Pré – Reais (3)	(1.161.696)	(1.760.994)
Futuros DI1 B3 S.A. - Taxa Pré – Reais (3)	(8.028.009)	(1.939.772)
Objeto de Hedge		
Posição Ativa	6.936.653	3.137.864
Operações de Crédito (3)	6.936.653	3.137.864
Posição Passiva	(2.269.978)	(2.059.037)
Dívidas Subordinadas no Exterior	(1.585.191)	(1.576.844)
Empréstimos no Exterior (1) (4)	-	(134.101)
Certificados de depósitos a prazo (2)	(684.787)	(348.092)

(1) Utilizado como proteção da operação de empréstimo no Exterior junto com o BID;

(2) Utilizado como proteção do risco pré-fixado de certificados de depósitos a prazo de longo prazo;

(3) Neste objeto de *hedge* inclui os créditos de varejo: Consignado, Veículos e Crédito Pessoal; e

(4) Empréstimo liquidado antecipadamente junto ao BID na data de 15/08/2017 no montante de R\$ 66.625 (US\$ 20.000) e 01/11/2017 no montante de R\$ 65.949 (US\$ 20.000).

9.e) Resultado com instrumentos financeiros derivativos:

	31/12/2017			31/12/2016		
	Receita	Despesa	Líquido	Receita	Despesa	Líquido
Swap – ganhos/perdas não realizadas	486.031	(549.411)	(63.380)	579.053	(1.245.125)	(666.072)
Swap – ganhos/perdas realizadas	77.617	(124.647)	(47.030)	254.137	(192.215)	61.922
Termo de moeda – ganhos/perdas não realizadas	-	-	-	2.186	(1.562)	624
Termo de moeda – ganhos/perdas realizadas	-	-	-	2.349	-	2.349
Opções - ganhos/perdas não realizadas	117	(267)	(150)	1.092	(1.475)	(383)
Opções - ganhos/perdas realizadas	2.709	(3.997)	(1.288)	812	(1.351)	(539)
Contratos futuros – ganhos/perdas realizadas	1.311.509	(1.505.310)	(193.801)	1.416.987	(1.646.793)	(229.806)
Total	1.877.983	(2.183.632)	(305.649)	2.256.616	(3.088.521)	(831.905)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

10) INSTRUMENTOS DE DÍVIDA

a) Composição

	31/12/2017	31/12/2016
Ativos financeiros mantidos para negociação	50.757	71.749
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	27.486	46.340
Notas do Tesouro Nacional – LTN	21.608	25.409
Notas do Tesouro Nacional – NTN	1.663	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.122.463	1.034.497
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	853.600	706.294
Notas do Tesouro Nacional – NTN	40	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	268.823	328.203
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	539.312	1.153.971
Letras do Tesouro Nacional – LTN	276.601	896.852
Notas do Tesouro Nacional – NTN	262.369	256.785
Fundos do Desenvolvimento Social – FDS	342	334
Empréstimos e recebíveis	2.609	17.034
Certificado de Depósito Bancário – CDB	2.609	16.892
CEPAC	-	33
Outros	-	109
Total	1.715.141	2.277.251

b) Variações

“Instrumentos de dívida – ativos financeiros mantidos para negociação”:

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo do início do exercício	71.749	5.212
Adições (alienações) líquidas	(34.875)	54.117
Ajuste a valor de mercado	497	84
Juros	13.386	12.336
Saldo do fim do exercício	50.757	71.749

“Instrumentos de dívida – ativos financeiros disponíveis para venda”:

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo do início do exercício	1.034.497	930.664
Adições (alienações) líquidas	(12.382)	(30.272)
Ajuste a valor de mercado	(8.215)	784
Juros	108.111	135.565
Ágio/ Deságio	454	(2.244)
Saldo do fim do exercício	1.122.463	1.034.497

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

“Instrumentos de dívida – ativos financeiros mantidos até o vencimento”:

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo do início do exercício	1.153.971	1.189.511
Adições (alienações) líquidas	(714.927)	(184.207)
Juros	100.268	148.667
Saldo do fim do exercício	539.312	1.153.971

“Instrumentos de dívida – empréstimos e recebíveis”:

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo do início do exercício	17.034	17.996
Adições (alienações) líquidas	(24.617)	(4.144)
Juros	10.225	3.182
Provisão para Perdas	(33)	-
Saldo do fim do exercício	2.609	17.034

c) Prazo de vencimento

	31/12/2017	31/12/2016
Sem vencimento	342	377
Até 360 dias	351.794	701.029
Acima de 360 dias	1.363.005	1.575.845
Total	1.715.141	2.277.251

11) EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

a) Composição

	31/12/2017	31/12/2016
Classificação:		
Empréstimos e adiantamento a instituições financeiras	1.032.983	972.383
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras total líquidos	1.032.983	972.383
Tipo:		
Compra com compromisso de revenda	1.017.242	891.796
Depósitos interfinanceiros	15.741	80.587
Total	1.032.983	972.383

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Prazo de vencimento

Prazo	31/12/2017	31/12/2016
Até 30 dias	1.024.502	-
De 31 a 90 dias	-	913.705
De 91 a 180 dias	6.536	839
De 181 a 360 dias	1.945	52.292
Acima de 360 dias	-	5.547
Total	1.032.983	972.383

12) EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES

a) Composição

	31/12/2017	31/12/2016
Classificação:		
Empréstimos e recebíveis - nota 7.2.1d		
Empréstimos e recebíveis ao custo amortizado (1)	18.951.103	19.680.049
Provisão para perdas por não recuperação (<i>impairment</i>)	(974.164)	(945.188)
Empréstimos e adiantamentos a clientes líquidos	17.976.939	18.734.861

(1) Objeto de *hedge* contábil (nota 9d).

b) Abertura

	31/12/2017	31/12/2016
Crédito direto ao consumidor e crédito pessoal (1)	5.910.855	5.298.817
Empréstimos em consignação (1)	7.575.768	8.096.025
Capital de giro	846.915	1.473.079
Financiamentos habitacionais	355.679	536.381
Financiamento à exportação	328.497	524.382
Financiamento a titulares de cartões de crédito próprios (2)	1.701.702	1.432.005
Títulos e créditos a receber (3)	916.819	897.463
Adiantamento contratos de câmbio e rendas a receber	67.143	172.740
Empréstimos com garantia imobiliária	527.441	621.450
Financiamentos de empreendimentos imobiliários	73.371	122.074
Outros	646.913	505.633
Total	18.951.103	19.680.049

(1) Carteira de crédito que existem contratos que são objeto de *hedge* contábil (nota 9d);

(2) Refere-se ao financiamento a titulares de cartões de crédito de bandeiras Visa e Mastercard; e

(3) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito, títulos e crédito a receber com características de concessão de crédito.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

c) Prazo de vencimento

	31/12/2017		31/12/2016	
	Valor	%	Valor	%
Vencidos há mais de 14 dias	1.036.982	5,47	1.283.299	6,52
A vencer				
Até 30 dias	2.325.632	12,27	2.232.290	11,34
De 31 a 60 dias	775.027	4,09	751.301	3,82
De 61 a 90 dias	642.251	3,39	702.449	3,57
De 91 a 180 dias	1.820.986	9,61	1.977.899	10,05
De 181 a 360 dias	2.860.793	15,11	3.131.624	15,91
Acima de 360 dias	9.489.432	50,06	9.601.187	48,79
Total	18.951.103	100,00	19.680.049	100,00

d) Operações de venda e transferência de ativos financeiros

Nos exercícios findos em 31/12/2017 e 31/12/2016, foram realizadas cessões de créditos com instituição financeira, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2017			31/12/2016		
	Valor da cessão	Valor presente	Resultado	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)
Crédito direto ao consumidor	922.651	592.687	329.964	4.816.223	4.492.214	324.009
Empréstimo em consignação	9.848.957	7.145.059	2.703.898	6.941.601	5.177.993	1.763.608
Financiamentos habitacionais	-	-	-	6.149	5.916	233
Empréstimos com garantia imobiliária	-	-	-	230.030	184.761	45.269
Total	10.771.608	7.737.746	3.033.862	11.994.003	9.860.884	2.133.119

(1) Contabilizado em "Receitas com juros e similares – Lucro nas cessões de crédito" (nota 29).

13) MOVIMENTAÇÃO DA PROVISÃO PARA PERDAS POR NÃO RECUPERAÇÃO (IMPAIRMENT) DE EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo do início do exercício	(945.188)	(812.225)
Complemento de provisão	(1.105.598)	(1.053.458)
Baixa contra a provisão	1.076.622	920.495
Saldo do fim do exercício	(974.164)	(945.188)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

14) ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA

	31/12/2017	31/12/2016
Imóveis	371.628	313.963
Veículos terrestres	38.896	50.114
Material em estoque	313	640
Provisão para perda ao valor recuperável (<i>impairment</i>)	(68.244)	(53.356)
Total	342.593	311.361

Os bens e as propriedades tomadas em dação de pagamento são mantidos para venda e os recursos obtidos pela venda são utilizados para reduzir as dívidas em aberto.

15) CRÉDITO TRIBUTÁRIO E PASSIVOS FISCAIS

a) Composição do crédito tributário e passivos fiscais

	31/12/2017	31/12/2016
Ativo		
Sobre a baixa e transferência de ativos com retenção substancial de riscos e benefícios e sobre os efeitos da taxa efetiva de juros dos empréstimos e recebíveis	(109.102)	(81.291)
Sobre prejuízos fiscais	1.473.836	1.490.833
Sobre diferenças temporárias	1.364.734	1.409.542
Sobre provisão para perda por redução ao valor recuperável	882.294	1.162.863
Sobre provisão de ações cíveis	129.510	99.173
Sobre provisão de ações trabalhistas	160.288	83.455
Sobre provisão de ações tributárias	9.271	4.603
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	14.905	18.059
Sobre ajuste ao valor de mercado	22.062	46.564
Outras	332.725	270.184
Total do ativo	2.915.789	3.094.443

	31/12/2017	31/12/2016
Passivo		
Provisão para impostos diferidos sobre superveniência de depreciação	78.410	79.718
Provisão para impostos diferidos sobre ajuste a mercado de derivativos	6.272	7.584
Provisão para impostos e contribuições	10.338	22.101
Total do passivo	95.020	109.403

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2017			31/12/2016		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldo do início do exercício	1.926.877	1.167.565	3.094.443	1.844.783	1.105.937	2.950.720
(+) Constituição de créditos	751.812	507.588	1.259.400	694.881	535.188	1.230.069
(-) Realização de créditos	(836.638)	(601.415)	(1.438.053)	(612.788)	(473.558)	(1.086.346)
Saldo do fim do exercício	1.842.051	1.073.738	2.915.789	1.926.876	1.167.567	3.094.443

c) Movimentação do imposto de renda corrente e diferido passivo

	31/12/2017			31/12/2016		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldo do início do exercício	105.015	4.388	109.403	103.279	4.183	107.462
(-) Realização de Passivos	(12.476)	(1.907)	(14.383)	1.736	205	1.941
Saldo do fim do exercício	92.539	2.481	95.020	105.015	4.388	109.403

d) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base em revisão do estudo do cenário atual e futuro, efetuada em 31/12/2017, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação. Referida projeção de realização de crédito tributário, incluindo as premissas adotadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 06/03/2018.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais, que parcialmente estão sendo discutidos em âmbito administrativo com excelentes perspectivas de êxito para o Banco, forem compensados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Apresentamos a seguir a estimativa de realização desses créditos:

Ano	Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias		Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais		Ajustes de IFRS		Total	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
2017	-	915.887	-	4.293	-	(97.072)	-	823.108
2018	726.753	655.545	5.951	96.006	(102.047)	(74.479)	630.657	677.072
2019	491.831	93.370	5.908	91.733	(69.060)	(10.608)	428.679	174.495
2020	396.917	24.072	20.419	117.600	(55.733)	(2.735)	361.603	138.937
2021	2.614	23.394	65.430	136.758	(367)	(2.658)	67.677	157.494
2022	5.051	11.272	127.186	159.029	(709)	(1.281)	131.528	169.020
2023	10.956	31.134	186.983	195.161	(1.538)	(3.537)	196.401	222.758
2024	10.956	21.553	210.918	212.782	(1.538)	(2.449)	220.336	231.886
2025	9.724	7.002	240.913	243.798	(1.365)	(796)	249.272	250.004
2026	6.030	18.046	296.665	194.268	(847)	(2.050)	301.848	210.264
2027	16.668	-	274.450	-	(2.341)	-	288.777	-
Total	1.677.500	1.801.275	1.434.823	1.451.428	(235.545)	(197.665)	2.876.778	3.055.038

Em 31/12/2017, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação do Banco totalizava R\$ 1.754.793 (R\$ 1.807.469 em 31/12/2016).

Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízo fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 39.013(R\$ 39.405 em 31/12/2016), não estão sujeitos a geração de lucros baseada em estudo técnico.

e) Créditos Tributários não Ativados

Em 31/12/2017, o Banco possuía prejuízos fiscais de aproximadamente R\$ 230.396 (R\$ 1.141.506 em 31/12/2016), sobre os quais não foram registrados créditos tributários no montante de R\$ 92.158 (R\$ 456.602 em 31/12/2016), em virtude de não atender todas as condições estabelecidas para o registro do referido crédito.

f) Encargos com imposto de renda e contribuição social

	31/12/2017	31/12/2016
Resultado antes da tributação	321.862	(272.240)
Encargos / créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes	(144.838)	122.508
Cessão de crédito tributário	102.500	-
Outros valores	(21.062)	(5.109)
Diferença de alíquota entre as empresas	(15.169)	8.669
Imposto de renda e contribuição social	(78.569)	126.068

- (1) Em 07/10/2015 foi publicada a Lei nº 13.169/15, oriunda da Medida Provisória (MP) nº 675/15 que elevou de 15% para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de instituições financeiras a partir de 01/09/2015. A cobrança é válida até 31/12/2018, retornando ao patamar de 15% a partir de 2019.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

16) RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS

	Vencimento final	Indexador	Juros % a.a.	31/12/2017	31/12/2016
Tranches 95 e 96 (1)	08/09/2027	TR	8,65	4.010	4.997
Cédula de Crédito Imobiliário	22/01/2044	INCC/IGPM/POUPANÇA/CDI e sem correção monetária	0 Até 20,05	9.997	22.402
Total				14.007	27.399

(1) As referidas tranches foram securitizadas.

Qualidade do Crédito:

Os contratos dos recebíveis imobiliários têm cláusula de alienação fiduciária do imóvel objeto.

Os mesmos são considerados ativos de boa capacidade de pagamento, uma vez que estes são adquiridos quando apresentarem características como: garantias, históricos de pagamento ou outros fatores que demonstrem sua alta probabilidade de realização, para que sejam passíveis de securitização.

17) OUTROS ATIVOS

	31/12/2017	31/12/2016
Valores a receber por cessão de créditos	916.550	1.128.806
Depósitos judiciais e fiscais	280.307	266.922
Devedores diversos País	92.299	62.486
Valores a receber de sociedade ligadas	39.691	36.730
Relações interfinanceiras	25.185	16.576
Outros	50.470	50.474
Total	1.404.502	1.561.994

18) INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E OUTROS

	31/12/2017	31/12/2016
Stone Pagamentos S.A. (1)(2)	-	48.609
Câmara Interbancária de Pagamentos	379	379
Total	379	48.988

- (1) Em 27/06/2016 o PAN aportou capital no montante de R\$ 12.360 na Stone Pagamentos S.A., a partir de ago/2016 o PAN passou a exercer influência significativa na empresa e desta forma começou a reconhecer tal investimento via equivalência patrimonial. O PAN possuía em 31/12/2016 participação de 10,10% neste investimento; e
- (2) Em out/17 o Banco PAN alienou a totalidade das ações detidas na Stone Pagamentos S.A. por R\$ 229.000.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

19) ATIVO TANGÍVEL

a) Composição

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual	
				31/12/2017	31/12/2016
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	43.843	(23.878)	19.965	27.305
Sistemas de segurança e comunicações	10%	1.467	(660)	807	912
Sistemas de processamento de dados	20%	23.939	(17.021)	6.918	9.621
Total em 31/12/2017		69.249	(41.559)	27.690	-
Total em 31/12/2016		71.585	(33.747)	-	37.838

b) Variações

	Instalações, móveis e equipamentos de uso	Sistemas de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados	Total
Saldos em 31/12/2016	27.305	912	9.621	37.838
Aquisições	393	42	1.503	1.938
Baixas	(2.118)	-	-	(2.118)
Depreciação	(5.615)	(147)	(4.206)	(9.968)
Saldo em 31/12/2017	19.965	807	6.918	27.690

	Instalações, móveis e equipamentos de uso	Sistemas de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados	Sistemas de transportes	Total
Saldos em 31/12/2015	36.433	1.033	12.451	211	50.128
Aquisições	4.517	24	2.295	-	6.836
Baixas	(6.530)	(4)	(682)	(174)	(7.390)
Depreciação	(7.115)	(141)	(4.442)	(37)	(11.736)
Saldo em 31/12/2016	27.305	912	9.621	-	37.838

20) OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

a) Composição

	Taxa Amortização	Custo	Amortização	Valor residual	
				31/12/2017	31/12/2016
Gastos com desenvolvimento e logiciais	20% a 50%	130.898	(90.054)	40.844	47.541
Total em 31/12/2017		130.898	(90.054)	40.844	-
Total em 31/12/2016		117.199	(69.658)	-	47.541

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Variações

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo do início do exercício	47.541	58.811
Adições	18.381	18.663
Baixas	(2.667)	(2.095)
Amortização do exercício	(22.411)	(27.838)
Saldo do fim do exercício	40.844	47.541

21) DEPÓSITOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

a) Composição

	31/12/2017	31/12/2016
Classificação:		
Passivos financeiros ao custo amortizado	10.321.635	13.790.325
Tipos:		
Venda com compromisso de recompra	1.591.487	2.024.624
Depósitos interfinanceiros	8.730.148	11.765.701
Total	10.321.635	13.790.325

b) Prazo de vencimento

	31/12/2017	31/12/2016
Até 30 dias	9.769.396	13.593.975
De 31 a 90 dias	369.474	36.558
De 91 a 180 dias	44.174	5.820
De 181 a 360 dias	8.221	27.604
Acima de 360 dias	130.370	126.368
Total	10.321.635	13.790.325

22) DEPÓSITOS DE CLIENTES

a) Composição

	31/12/2017	31/12/2016
Classificação:		
Passivos financeiros ao custo amortizado	4.925.405	2.568.833
Tipos:		
Depósitos à vista	25.439	54.762
Depósitos a prazo (1)	4.899.966	2.514.071
Total	4.925.405	2.568.833

(1) Objeto de *hedge* contábil (nota 9d).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Prazo de vencimento

	31/12/2017	31/12/2016
Sem vencimento	25.439	54.762
Até 30 dias	70.345	51.479
De 31 a 90 dias	164.354	5.691
De 91 a 180 dias	100.244	58.361
De 181 a 360 dias	256.427	161.388
Acima de 360 dias	4.308.596	2.237.152
Total	4.925.405	2.568.833

23) OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

	1 a 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2017	31/12/2016
No Exterior (1) (2) (3)	-	-	-	-	-	-	134.101
Total em 31/12/2017	-	-	-	-	-	-	-
Total em 31/12/2016	-	-	-	2.038	132.063	-	134.101

(1) Operação da Brazilian Securities junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

(2) Objeto de *hedge* contábil (nota 9d); e

(3) Empréstimo liquidado antecipadamente junto ao BID na data de 15/08/2017 no montante de R\$ 66.625 (US\$ 20.000) e 01/11/2017 no montante de R\$ 65.949 (US\$ 20.000).

24) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS

a) Composição

	31/12/2017	31/12/2016
Classificação:		
Passivos financeiros ao custo amortizado	2.249.555	3.155.708
Tipos:		
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	1.329.117	1.721.091
Letras Financeiras – LF	812.593	1.170.627
Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	103.631	256.377
Certificado de Recebíveis Imobiliários – CRI	4.214	7.613
Total	2.249.555	3.155.708

b) Prazo de vencimento

	31/12/2017	31/12/2016
Até 30 dias	118.583	558.526
De 31 a 90 dias	539.663	311.291
De 91 a 180 dias	380.766	383.848
De 181 a 360 dias	508.932	778.083
Acima de 360 dias	701.611	1.123.960
Total	2.249.555	3.155.708

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

25) DÍVIDAS SUBORDINADAS

a) Composição

Vencimento	Prazo original em anos	Valor da Operação	Remuneração	31/12/2017	31/12/2016
No Exterior (1):					
2020	10	US\$ 500.000	Taxa de 8,50% a.a.	1.585.191	1.576.844
Custos associados à emissão				(3.415)	(4.933)
Subtotal no Exterior				1.581.776	1.571.911
No País:					
2018 (2)	06	R\$ 10.000	100,0% CDI + 1,35% a.a.	19.152	17.190
2019 (3)	06	R\$ 100.000	100,0% IPCA + 5,60% a.a.	169.895	156.631
2019 (4)	05	R\$ 500	111% CDI	757	681
Subtotal no País				189.804	174.502
Total				1.771.580	1.746.413

(1) O ajuste de marcação a mercado das dívidas subordinadas foi contabilizado em contas de resultado de operações de captação no mercado, cujo montante foi uma receita de R\$ 14.343 no exercício findo em 31/12/2017 (receita de R\$ 68.879 no exercício findo em 31/12/2016). Essa operação possui *hedge* de risco de mercado (nota 9d);

(2) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 22/05/2012 com vencimento em 22/05/2018;

(3) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 05/06/2013 com vencimento em 05/04/2019; e

(4) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 13/10/2014 com vencimento em 14/10/2019.

b) Variações

No Exterior	31/12/2017	31/12/2016
Saldos do início do exercício	1.571.911	2.196.731
Juros	122.704	120.459
Amortização	-	(135.783)
Pagamento de Juros	(122.351)	(138.843)
Variação cambial	22.337	(316.837)
MTM	(14.343)	(155.334)
Custo associado à emissão	1.518	1.518
Saldos do fim do exercício	1.581.776	1.571.911

No País	31/12/2017	31/12/2016
Saldos do início do exercício	174.502	154.752
Juros	15.302	19.750
Saldos do fim do exercício	189.804	174.502

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

26) PROVISÕES

a) Composição

	31/12/2017	31/12/2016
Processos cíveis	294.968	222.741
Processos trabalhistas	381.513	188.330
Processos tributários	23.178	11.538
Total	699.659	422.609

b) Variações

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2016	222.741	188.330	11.538	422.609
Baixas	(125.223)	(111.841)	(284)	(237.348)
Constituições líquidas de reversões	197.450	305.024	11.924	514.398
Saldo em 31/12/2017	294.968	381.513	23.178	699.659

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2015	153.638	132.741	17.317	303.696
Baixas	(101.579)	(102.669)	(12)	(204.260)
Constituições líquidas de reversões	170.682	158.258	(5.767)	323.173
Saldo em 31/12/2016	222.741	188.330	11.538	422.609

Provisões classificadas como perda provável:

O Banco PAN é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para os processos em que a perda for avaliada como provável com base na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviço, visando obter o pagamento de verbas trabalhistas em geral, decorrente de pretenso enquadramento na categoria de bancário, e em especial horas extras – em razão da interpretação do artigo 224 da CLT ou responsabilização subsidiária nas ações que envolvem os prestadores de serviço.

Todos os processos trabalhistas são geridos individualmente por meio de sistema informatizado. A provisão é constituída individualmente, de acordo com a situação do processo e o efetivo risco de perda. Os processos com decisão judicial desfavorável têm provisão associada correspondente ao valor efetivo da referida decisão, devidamente liquidados.

Processos cíveis

São processos de natureza condenatória de obrigação de pagar, referente a ações indenizatórias, protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e à restituição de valores.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Essas ações são geridas individualmente por meio de sistema informatizado e a provisão constituída individualmente quando a probabilidade de perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza e complexidade das ações e o posicionamento dos tribunais.

Os valores envolvidos são provisionados integralmente no caso dos processos com decisão judicial desfavorável. Para o cálculo do valor de risco das demais ações, é considerado o índice histórico de perda dos processos encerrados nos últimos 12 meses aplicado sobre o valor do pedido.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional que possam gerar o pagamento de multas ou causar impactos representativos no resultado do Banco PAN ou das empresas controladas.

Passivos contingentes classificados como perda possível:

No 3º trimestre de 2012, a Pan Arrendamento Mercantil S.A. recebeu um auto de infração da Receita Federal do Brasil, por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda, contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 19.167. O processo aguarda resultado de diligência determinada pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais antes do julgamento do Recurso Voluntário da empresa.

No 4º trimestre de 2012, foram lavrados três autos de infração da Receita Federal do Brasil contra o Banco PAN S.A., por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 170.477. O processo encontra-se no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, aguardando julgamento final do Recurso Voluntário da empresa.

No 4º trimestre de 2013, a Pan Arrendamento Mercantil S.A. recebeu autos de infração da Prefeitura de São Paulo, que visam exigir ISS sobre o Valor Residual Garantido - VRG cobrado pela empresa nas operações de arrendamento mercantil realizadas no período de 2008 a 2012, cujo montante de principal, não atualizado, e multa totalizou R\$ 43.656. A impugnação e os recursos apresentados pela empresa, junto ao Conselho Municipal de Tributos de São Paulo, foram julgados definitivamente improcedentes. A Municipalidade ajuizou execução fiscal e a empresa ajuizou ação anulatória em face do Município de São Paulo, na qual houve julgamento parcialmente favorável em primeira instância. Atualmente, o processo aguarda apreciação de embargos de declaração.

No 1º trimestre de 2015, foram lavrados dois autos de Infração ao Banco PAN S.A. referentes ao exercício de 2010, sendo um deles de IRPJ e CSLL, originado pela glosa de supostas despesas operacionais não comprovadas, ajustes do lucro líquido do exercício e exclusões não autorizadas, cujo montante de principal, não atualizado, e multa totalizou R\$ 6.077, e outro, visando a impossibilidade de dedução de determinadas despesas de *swap* da base de cálculo de PIS e COFINS, cujo montante principal, não atualizado e multa totalizou R\$ 3.320. Processos ainda em fase de julgamentos na esfera administrativa. Os processos encontram-se no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, aguardando julgamento final do Recurso Voluntário da empresa.

No 4º trimestre de 2016, o Banco PAN S.A. recebeu um Auto de Infração referente suposta ausência do recolhimento da contribuição previdenciária dos valores auferidos a título de participação nos lucros ou resultados dos empregados do Banco PAN no período de janeiro a outubro de 2012, no valor de R\$ 3.099. O processo aguarda julgamento de impugnação administrativa apresentada à Delegacia Regional de Julgamentos da Receita Federal do Brasil.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

No 4º trimestre de 2017, foram lavrados três Autos de Infração ao Banco PAN S.A pela Receita Federal do Brasil, por meio dos quais foram constituídos créditos tributários (i) de natureza previdenciária, essencialmente sobre participação nos lucros ou resultados dos empregados distribuídos no ano-calendário de 2013; (ii) de IRRF sobre suposto ganho de capital na aquisição de participação societária no exterior em 2013; e (iii) de imposto de renda e contribuição social relativos ao ano base de 2012. O montante total destes casos, acrescidos de multa e juros de mora é de R\$ 111.446. Após apresentação da impugnação administrativa, os processos aguardam julgamento na Delegacia de Julgamentos da Receita Federal do Brasil.

A Administração, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classificou como possível a probabilidade de perda desses processos.

27) OUTROS PASSIVOS

	31/12/2017	31/12/2016
Operações com cartões de crédito	671.099	665.762
Provisão para pagamentos a efetuar	538.886	492.834
Arrecadação de cobrança	122.177	77.501
Obrigações fiscais e previdenciárias	36.781	46.854
Negociação e intermediação de valores	5.923	33.390
Valores a pagar a sociedades ligadas	15.250	20.190
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	6.761	15.142
Valores específicos de consórcio	7.831	4.080
Outros	204.203	91.543
Total	1.608.911	1.447.296

28) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em quantidade de ações:

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 3.460.732 em 31/12/2017 e 31/12/2016. Encontra-se, dividido em ações nominativas escriturais e, sem valor nominal. Conforme descrito no quadro abaixo:

	31/12/2017	31/12/2016
Ordinárias	535.029.747	535.029.747
Preferenciais	394.010.416	394.010.416
Total	929.040.163	929.040.163

Em 06/11/2017, o Conselho de Administração do PAN aprovou aumento do Capital Social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no valor de R\$ 400.000.001,04 (quatrocentos milhões, um real e quatro centavos), mediante a emissão de novas ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, na mesma proporção das ações ordinárias e preferenciais atualmente existentes.

O Aumento de Capital tem como objetivo: (i) amparar o desenvolvimento das atividades da Companhia; e (ii) reforçar a estrutura de capital da Companhia, fortalecendo o compromisso dos acionistas controladores, BTG Pactual e CaixaPar, em dar suporte à Companhia para execução de seu plano de negócios.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Demais informações estão descritas na nota explicativa 41c.

b) Reservas de lucros:

Reserva Legal – Nos termos do estatuto social do PAN, do lucro líquido apurado anualmente, após a dedução do prejuízo acumulado e da provisão para o imposto de renda, será destacada uma quantia equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro para formação da reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia. Nos termos do artigo 193, §1º, da Lei nº 6.404/76, o PAN poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva para Integridade do Patrimônio Líquido – Tem por fim assegurar recursos para atender as necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido da Companhia, podendo ser convertida em capital social por deliberação do Conselho de Administração. Observado o limite do capital autorizado, e poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações dos lucros apurados anualmente, não podendo ultrapassar o valor do capital social da Companhia.

c) Juros sobre o capital próprio:

Aos acionistas é assegurado o recebimento de dividendos mínimos de 35% sobre o lucro líquido anual, conforme estatuto social e nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A seguir demonstra-se o cálculo da provisão de juros sobre o capital próprio no exercício findo de 31/12/2017.

	31/12/2017	% (1)
Lucro líquido societário	212.606	
Prejuízo acumulado de exercício anterior	(34.311)	
Resultado antes da reserva legal	178.295	
(-) Reserva Legal	(8.915)	
Base de cálculo	169.380	
Juros sobre o capital próprio (bruto) provisionados	69.800	41,2%
Imposto retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio	(10.470)	
Juros sobre o capital próprio (líquido) provisionados	59.330	35,0%

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo.

d) Lucro/Prejuízo básico e diluído por ação

O lucro/prejuízo por ação básico foi calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, demonstrado a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro/Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	243.293	(146.174)
Lucro/Prejuízo atribuível aos acionistas ordinários da Companhia	243.293	(146.174)
Número Médio Ponderado de ações ordinárias em circulação (mil)	535.029	535.029
Lucro/Prejuízo por ação básico atribuível aos acionistas ordinários da Companhia	0,45	(0,27)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

29) RECEITA LÍQUIDA COM JUROS

	31/12/2017	31/12/2016
Receitas com juros e similares		
Empréstimos e adiantamentos a clientes	4.678.850	4.892.657
Lucro nas cessões de crédito (nota 12d)	3.033.862	2.133.119
Títulos e valores mobiliários	217.850	295.930
Títulos emprestados a operações compromissadas	76.682	161.165
Outras	94.570	231.923
Total de receitas com juros	8.101.814	7.714.794
Despesas com juros e similares		
Depósitos de instituições financeiras	(1.191.234)	(1.563.096)
Recurso de emissão de títulos	(261.718)	(503.181)
Depósitos de clientes	(610.191)	(402.049)
Títulos tomados em empréstimos e operações compromissadas	(140.625)	(302.397)
Créditos cedidos com retenção de riscos e benefícios	(43.242)	(42.568)
Operações de arrendamento mercantil	(5.550)	(19.323)
Títulos e valores mobiliários	(954)	(4.063)
Variações cambiais líquidas (1)	(17.252)	302.042
Dívidas subordinadas	(125.901)	15.812
Outras	(91.983)	(177.767)
Total de despesas com juros	(2.488.650)	(2.696.590)
Total	5.613.164	5.018.204

(1) Contempla variações cambiais de ativos e passivos.

30) RECEITAS DE TARIFAS E COMISSÕES

	31/12/2017	31/12/2016
Cartões de crédito	122.035	120.725
Avaliação de Bens	56.928	78.772
Comissão / intermediação	64.203	61.959
Administração de consórcios	24.163	24.748
Outras	4.849	11.088
Total	272.178	297.292

31) DESPESAS DE PESSOAL

	31/12/2017	31/12/2016
Proventos	284.510	303.764
Encargos sociais	87.479	106.166
Benefícios (Nota 37)	67.010	71.222
Honorários (Nota 36b)	21.260	24.892
Outros	3.313	2.771
Total	463.572	508.815

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

32) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	31/12/2017	31/12/2016
Comissões pagas a correspondentes bancários	1.194.461	1.232.438
Serviços de terceiros	229.419	228.483
Serviços do sistema financeiro	161.707	153.169
Processamento de dados	172.512	140.334
Aluguéis	45.287	51.328
Comunicações	44.325	49.576
Despesas com busca e apreensão de bens	39.534	28.767
Propaganda, promoções e publicidade	23.538	19.777
Taxas e emolumentos	8.749	7.603
Viagens	4.197	6.111
Transporte	5.633	5.033
Manutenção e conservação de bens	4.976	4.904
Materiais de consumo	746	703
Outras	118.578	104.741
Total	2.053.662	2.032.967

33) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	31/12/2017	31/12/2016
Contribuição à COFINS	162.257	162.465
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	17.316	29.383
Contribuição ao PIS	26.495	27.161
Impostos e taxas	13.932	16.112
Total	220.000	235.121

34) PROVISÕES (LÍQUIDAS)

	31/12/2017	31/12/2016
Riscos tributários / fiscais	(11.930)	5.767
Riscos cíveis	(197.452)	(170.596)
Riscos trabalhistas	(305.016)	(158.465)
Total	(514.398)	(323.294)

35) OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	31/12/2017	31/12/2016
Recuperação de encargos e despesas	142.154	100.027
Despesa de cessão de operações de crédito	(1.268.734)	(505.108)
Variação monetária ativa/passiva	(18.813)	(191.081)
Gravames	(18.715)	(23.851)
Prejuízo com operações de crédito / financiamento e fraudes	(13.775)	(18.553)
Outras	(102.798)	(88.895)
Total	(1.280.681)	(727.461)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

36) PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da instituição incluem partes com controle conjunto sobre a entidade, empreendimentos em conjunto e aqueles em que a instituição é um investidor e planos de benefícios pós-emprego para o benefício dos empregados de uma entidade ou de qualquer entidade que seja uma parte relacionada da instituição.

a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:

	Grau de relação	Prazo máximo	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
			Ativo	Ativo	Receitas	Receitas
			(Passivo)	(Passivo)	(Despesas)	(Despesas)
Disponibilidades (a)						
Caixa Econômica Federal	Controlador	Sem prazo	1.155	10.320	-	-
Total			1.155	10.320	-	-
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito (b)						
Banco BTG Pactual S.A.	Controlador	Sem prazo	85.704	-	6.132	5.327
Caixa Econômica Federal	Controlador	01/07/2016	-	-	3.836	5.647
Total			85.704	-	9.968	10.974
Cessão de crédito (c)						
Caixa Econômica Federal	Controlador	Sem prazo	916.550	1.128.806	-	-
Total			916.550	1.128.806	-	-
Outros Ativos						
Banco BTG Pactual S.A.	Controlador	29/12/2017	-	-	1.269	-
Caixa Econômica Federal	Controlador	Sem prazo	33.886	30.053	-	-
PAN Seguros S.A.	Ligada	Sem prazo	5.783	6.583	-	-
Panamericana Adm. E Corretagem de Seg. de Prev. Privada Ltda.	Ligada	Sem prazo	22	13	-	-
Stone Pagamentos S.A.	Sem prazo	-	-	78	-	-
Total			39.691	36.727	1.269	-
Depósitos de clientes (d)						
PAN Seguros S.A.	Ligada	Sem prazo	(324)	(340)	-	-
Panamericano Adm. e Corretagem de Seg.de Prev.Privada Ltda.	Ligada	Sem prazo	(8)	(154)	-	-
Pessoal chave da administração		Sem prazo	(62)	(1)	-	-
Total			(394)	(495)	-	-
Depósitos de instituições financeiras (e)						
Banco BTG Pactual S.A.	Controlador	02/01/2017	(400.058)	(435.077)	(79.069)	(66.077)
Caixa Econômica Federal	Controlador	26/01/2017	(8.118.981)	(11.231.214)	(1.094.817)	(1.484.658)
Total			(8.519.039)	(11.666.291)	(1.173.886)	(1.550.735)
Depósitos de clientes (f)						
Panamericano Adm. e Corretagem de Seg.de Prev.Privada Ltda.	Ligada	23/11/2018	(23.099)	(29.815)	(3.402)	(3.003)
Banco BTG Pactual S.A.	Ligada	19/07/2018	(27.171)	-	(532)	(13)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Pessoal chave da administração		27/05/2019	(2.751)	-	(119)	-
Total			(53.021)	(29.815)	(4.053)	(3.016)
Derivativos						
Banco BTG Pactual S.A.	Controlador	02/01/2017	-	(527.189)	(35.653)	(72.086)
Caixa Econômica Federal	Controlador	Sem prazo	(900.119)	-	(1.328)	(477)
Total			(900.119)	(527.189)	(36.981)	(72.563)
Recursos de emissão de títulos (g)						
Banco BTG Pactual S.A.	Controlador	13/08/2018	(49.336)	(161.299)	(7.235)	(37.080)
Pessoal chave da administração		04/02/2021	(34.924)	(37.845)	(3.390)	(4.525)
Total			(84.260)	(199.144)	(10.625)	(41.605)
Derivativos (h)						
Banco BTG Pactual S.A.	Controlador	15/02/2022	(50.739)	13.399	(105.768)	(280.326)
Total			(50.739)	13.399	(105.768)	(280.326)
Outros Passivos						
PAN Seguros	Ligada	Sem prazo	(15.250)	(19.927)	-	-
Total			(15.250)	(19.927)	-	-
Receitas de tarifas e comissões (i)						
PAN Seguros S.A.	Ligada	Sem prazo	-	-	63.417	58.081
Total			-	-	63.417	58.081
Despesa de pessoal (j)						
PAN Seguros S.A.	Ligada	Sem prazo	-	-	(292)	(395)
Total			-	-	(292)	(395)
Outras despesas administrativas						
PAN Seguros S.A.	Ligada	Sem prazo	-	-	(16.287)	(4.178)
Banco BTG Pactual S.A.	Controlador	Sem prazo	-	-	(1.702)	(271)
BTG Pactual Corretora	Ligada	Sem prazo	-	-	(115)	(115)
Tecban S.A.	Ligada	Sem prazo	-	-	(1.490)	(1.362)
Câmara Interbancária de Pagamentos	Ligada	Sem prazo	-	-	(23.217)	(9.712)
Total			-	-	(42.811)	(15.638)
Resultado obtido na cessão de créditos tributários						
Banco BTG Pactual S.A. (d)	-	Sem prazo	-	102.500	-	-
Total		-	-	102.500	-	-
Receitas com juros e similares						
Caixa Econômica Federal	Controlador	Sem prazo	-	-	2.859.668	2.104.548
Total			-	-	2.859.668	2.104.548

(a) Referem-se as contas corrente das empresas PAN Holding S.A. e Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária;

(b) Referem-se a aplicações do Banco PAN com taxas equivalentes às do CDI;

(c) Refere-se ao prêmio de performance das cessões de créditos sem coobrigação;

(d) Referem-se ao saldo de contas correntes de ligadas mantidas no Banco PAN;

(e) Referem-se à captação por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;

(f) Referem-se à captação por meio de depósitos a prazo efetuados no Banco PAN;

(g) Referem-se à captação por meio de letras de créditos de agronegócios, letras imobiliárias e letras financeiras com taxas em média de 97,7% do CDI;

(h) Referem-se às operações de swap;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

- (i) Referem-se à comissão paga ao Banco PAN pela intermediação de seguros e comissão paga a correspondente por intermediação de negócios; e
(j) Referem-se à parcela de despesa com seguro de vida em grupo que o Banco PAN paga a seus colaboradores.

b) Remuneração dos administradores:

Nas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 28/04/2017 e 24/11/2017 foram aprovadas a remuneração máxima global para os Administradores do Conglomerado PAN para o exercício de 2017, no montante de até R\$ 28.400 (R\$ 60.000 no exercício de 2016).

Benefícios de curto prazo a administradores (1)

	31/12/2017	31/12/2016
Despesas de honorários (Nota 31)	21.260	24.892
Contribuição ao INSS	4.784	5.601
Total	26.044	30.493

(1) Registrados na rubrica de “Despesas de Pessoal”.

O Banco não possui benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações para seus administradores.

37) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Em linha com as melhores práticas de mercado, o Banco PAN oferece benefícios sociais aos seus empregados, dentre os quais: (a) Assistência Médica; (b) Assistência Odontológica; (c) Seguro de Vida; (d) Vale Refeição e (e) Vale Alimentação. O montante dessas despesas totalizou no exercício findo em 31/12/2017 a R\$ 67.010 (R\$ 71.222 no exercício de 31/12/2016).

38) ATIVOS OFERECIDOS EM GARANTIA

	31/12/2017	31/12/2016
Instrumentos de dívida:		
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	686.262	361.592
Letras do Tesouro Nacional – LTN	191.773	782.181
Notas do Tesouro Nacional – NTN	193.399	175.474
Certificado de Depósito Bancário – CDB	2.206	14.480
Cotas de Fundos de Renda Fixa	-	100
Total	1.073.640	1.333.827

39) GARANTIAS PRESTADAS E COMPROMISSOS CONTRATUAIS

O “máximo valor potencial de pagamentos futuros” representa os valores de principal (*notional*) que poderiam ficar perdidos se houvesse inadimplência total das partes avalizadas, sem considerar recuperações possíveis de fianças mantidas ou prestadas, ou recuperações em recurso. Não há relação entre esses valores e as perdas prováveis sobre essas garantias. De fato, o “Máximo valor potencial de pagamentos futuros” excede significativamente as perdas inerentes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

	31/12/2017	31/12/2016
Garantias e outras fianças:		
Garantias financeiras	(277.580)	(278.756)
Depositários de valores em custódia	(1.605)	(14.926)
Total de garantias prestadas	(279.185)	(293.682)

A expectativa do Banco é de que essas garantias expirem sem a necessidade de adiantamento de dinheiro, portanto, no curso normal dos negócios, o Banco espera que essas transações não tenham nenhum impacto em sua liquidez.

40) SEGMENTOS OPERACIONAIS

De acordo com as normas contábeis internacionais, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade);
- Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho; e
- Para as quais informações financeiras opcionais estejam disponíveis.

O Banco identificou, com base nessas diretrizes, os seguintes segmentos de negócio como sendo os seus segmentos operacionais:

- Financeiro;
- Consórcios;
- Securitização;
- Promotora de Vendas; e
- Outros.

O segmento Financeiro corresponde as operações bancárias em geral e operações de arrendamento mercantil.

O segmento Consórcio tem como objetivo administração de grupos de consórcio de bens, principalmente de automóveis, motocicletas e imóveis, por meio de autofinanciamento.

O segmento de Securitização tem como objetivo a aquisição e securitização de créditos hipotecários e imobiliários, assim compreendida a compra, venda e prestação das respectivas garantias em créditos hipotecários e imobiliários; a emissão e colocação, no mercado financeiro, de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRIs, podendo emitir outros títulos de créditos; e a prestação de serviços e realização de outros negócios referentes a operações no mercado secundário de hipotecas e créditos imobiliários.

O segmento de Promotora de Vendas constitui a atuação como correspondente bancário do Banco.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

As demonstrações de resultado sintéticas e outros dados significativos estão relacionados a seguir:

	31/12/2017						
	Financeiro	Consórcios	Securiti- zação	Promotora de Vendas	Outros	Eliminações	Total
Receitas com juros e similares	8.030.501	3.892	55.575	22.974	12.471	(23.599)	8.101.814
Despesas com juros e similares	(2.488.874)	-	(23.375)	-	-	23.599	(2.488.650)
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	5.541.627	3.892	32.200	22.974	12.471	-	5.613.164
Perdas por redução ao valor recuperável com ativos financeiros (líquidas)	(1.102.237)	-	(3.361)	-	-	-	(1.105.598)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	265.205	-	-	-	6.754	-	271.959
RECEITAS LÍQUIDAS DE JUROS APÓS PERDAS POR REDUÇÃO NO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS FINANCEIROS	4.704.595	3.892	28.839	22.974	19.225	-	4.779.525
Ganhos (perdas) líquidas com ativos e passivos financeiros	(294.373)	-	(22.083)	15	-	-	(316.441)
Resultado de instrumentos de patrimônio mantidos para negociação	496	-	(11.303)	15	-	-	(10.792)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(294.869)	-	(10.780)	-	-	-	(305.649)
Ganhos (perdas) líquidas com ativos financeiros disponíveis para venda	1.983	-	-	-	-	-	1.983
Receitas de tarifas e comissões	247.576	24.188	1.011	-	-	(597)	272.178
Despesas administrativas	(2.484.696)	(15.441)	(14.241)	(2.099)	(1.354)	597	(2.517.234)
Despesas de pessoal	(458.037)	(1.732)	(3.617)	(186)	-	-	(463.572)
Outras despesas administrativas	(2.026.659)	(13.709)	(10.624)	(1.913)	(1.354)	597	(2.053.662)
Depreciações e amortizações	(32.336)	(43)	-	-	-	-	(32.379)
Despesas tributárias	(208.559)	(2.946)	(5.938)	(1.222)	(1.335)	-	(220.000)
Provisões (líquidas)	(499.081)	(4.073)	(1.609)	(10.208)	573	-	(514.398)
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.271.546)	(1.734)	10.326	(637)	155	(17.247)	(1.280.681)
Resultado na alienação de ativo não corrente destinado à venda	152.612	-	(406)	-	96	-	152.302
Resultado de participação em coligadas	(2.993)	-	-	-	-	-	(2.993)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	313.182	3.844	(4.101)	8.823	17.361	(17.247)	321.862



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

	31/12/2016						
	Financeiro	Consórcios	Securiti- zação	Promotora de Vendas	Outros	Eliminações	Total
Receitas com juros e similares	7.581.965	1.835	104.256	34.554	16.792	(24.608)	7.714.794
Despesas com juros e similares	(2.684.500)	-	(36.692)	(6)	-	24.608	(2.696.590)
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	4.897.465	1.835	67.564	34.548	16.792	-	5.018.204
Perdas por redução ao valor recuperável com ativos financeiros (líquidas)	(1.053.458)	-	-	-	-	-	(1.053.458)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	228.680	-	-	-	-	-	228.680
RECEITAS LÍQUIDAS DE JUROS APÓS PERDAS POR REDUÇÃO NO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS FINANCEIROS	4.072.687	1.835	67.564	34.548	16.792	-	4.193.426
Ganhos (perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros	(788.609)	-	(47.450)	-	-	-	(836.059)
Resultado de instrumentos de patrimônio mantidos para negociação	84	-	(4.238)	-	-	-	(4.154)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(788.693)	-	(43.212)	-	-	-	(831.905)
Ganhos (perdas) líquidos com ativos financeiros disponíveis para venda	7.716	-	-	-	-	-	7.716
Receitas de tarifas e comissões	269.128	24.764	1.939	161.650	-	(160.189)	297.292
Despesas administrativas	(2.524.893)	(29.918)	(22.796)	(123.756)	(608)	160.189	(2.541.782)
Despesas de pessoal	(394.829)	(4.171)	(10.717)	(99.098)	-	-	(508.815)
Outras despesas administrativas	(2.130.064)	(25.747)	(12.079)	(24.658)	(608)	160.189	(2.032.967)
Depreciações e amortizações	(36.266)	(36)	-	(3.272)	-	-	(39.574)
Despesas tributárias	(200.041)	(2.878)	(7.197)	(23.945)	(1.060)	-	(235.121)
Provisões (líquidas)	(265.157)	557	(74)	(57.033)	(1.587)	-	(323.294)
Outras receitas (despesas) operacionais	(736.562)	(247)	4.283	69	1.727	3.269	(727.461)
Resultado na alienação de ativo não corrente destinado à venda	(65.875)	-	70	(715)	-	-	(66.520)
Resultado de participação em coligadas	(863)	-	-	-	-	-	(863)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	(268.735)	(5.923)	(3.661)	(12.454)	15.264	3.269	(272.240)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

	Financeiro	Consórcios	Securiti zação	Promotora de Vendas	Outros	Eliminações	Total
Total de ativos em 31/12/2017	26.329.940	65.297	229.714	222.940	168.030	(878.838)	26.137.083
Total de passivos em 31/12/2017	22.476.038	20.229	18.842	9.395	4.389	(250.482)	22.278.411
Total de ativos em 31/12/2016	27.842.277	54.051	398.187	215.151	164.464	(898.073)	27.776.057
Total de passivos em 31/12/2016	24.157.953	11.418	184.108	12.805	9.817	(284.367)	24.091.734

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

41) OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) O ano de 2016 foi um ano importante para o PAN no segmento de veículos, pois o Banco lançou uma nova plataforma e, desde junho, toda a captura de negócios de veículos está sendo realizada em um único sistema que proporciona mais agilidade, qualidade e segurança no processo para todo o time comercial, parceiros e áreas internas. Este foi um importante passo para a organização ampliar sua participação no mercado de veículos;
- b) Em 31/10/2017 o Banco PAN concluiu a alienação da participação societária que a Companhia detinha na Stone Pagamentos S.A. ("Stone"), mediante assinatura de Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avencas com a DLP Pagamentos Brasil S.A. ("DLP"). A Companhia alienou à DLP um total de 480.311 (quatrocentos e oitenta mil e trezentas e onze) ações ordinárias, correspondente a 10,10% (dez inteiros e dez centésimos por cento) do capital social da Stone, pelo valor total de R\$ 229.000 (duzentos e vinte e nove milhões de reais);
- c) Foi aprovado Aumento de Capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado e sem a necessidade de deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, no valor de R\$ 400.000.001,04 (quatrocentos milhões, um real e quatro centavos), mediante a emissão de 212.765.958 (duzentos e doze milhões, setecentos e sessenta e cinco mil, novecentas e cinquenta e oito) novas ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, na mesma proporção das ações atualmente existentes, sendo 122.530.888 (cento e vinte e dois milhões, quinhentos e trinta mil, oitocentos e oitenta e oito) ações ordinárias e 90.235.070 (noventa milhões, duzentos e trinta e cinco mil e setenta) ações preferenciais, ao preço de emissão de R\$ 1,88 (um real e oitenta e oito centavos) por ação ordinária ou preferencial, para subscrição privada pelos acionistas da Companhia ("Aumento de Capital").

O preço de emissão descrito no item acima foi fixado nos termos do artigo 170, §1º, inciso III da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A."), levando-se em consideração a média das cotações das ações preferenciais da Companhia nos pregões realizados nos 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à convocação da Reunião de Conselho de Administração da Companhia que aprovou o Aumento de Capital, ou seja, entre 02/08/2017, exclusive, e 31/10/2017, inclusive. As ações emitidas em virtude do Aumento de Capital deverão ser integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, em dinheiro.

O valor total da emissão terá a seguinte destinação: (i) 10% (dez por cento) do valor da emissão das ações ordinárias serão destinados à conta do capital social da Companhia e os 90% (noventa por cento) remanescentes serão destinados à conta de reserva de capital; (ii) a integralidade do valor da emissão das ações preferenciais será destinada à conta do capital social.

A acionista Caixa Participações S.A. – CAIXAPAR ("CaixaPar") cedeu ao acionista Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual"), todos os seus direitos de subscrição de ações ordinárias e preferenciais, incluindo, sem limitação, o direito à reserva de sobras e eventuais sobras de sobras, na proporção que detinha.

O acionista BTG Pactual garantiu a subscrição integral das ações relacionadas à sua própria participação no capital social, à Cessão de Direitos CaixaPar, assim como a todas as sobras, ou, ainda, às sobras de sobras necessárias para que o valor total da emissão seja integralmente subscrito e integralizado ("Garantia de Subscrição Integral BTG").

Os acionistas controladores acordaram também que (i) a CaixaPar terá o direito de adquirir do BTG Pactual 50% (cinquenta por cento) das ações da Companhia subscritas e integralizadas pelo BTG Pactual no âmbito do Aumento de Capital e (ii) o BTG Pactual terá o direito de alienar à CaixaPar 50% (cinquenta por cento) das ações da Companhia subscritas e integralizadas no âmbito do Aumento de Capital.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Após a conclusão do Aumento de Capital, o capital social da Companhia passará a ser de R\$ 3.653.409.620,70 (três bilhões, seiscentos e cinquenta e três milhões, quatrocentos e nove mil, seiscentos e vinte reais e setenta centavos), representado por 1.141.806.121 (um bilhão, cento e quarenta e um milhões, oitocentos e seis mil e cento e vinte e uma) ações, sendo 657.560.635 (seiscentos e cinquenta e sete milhões, quinhentos e sessenta mil e seiscentos e trinta e cinco) ações ordinárias e 484.245.486 (quatrocentos e oitenta e quatro milhões, duzentos e quarenta e cinco mil e quatrocentos e oitenta e seis) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Para a conta de reserva de capital será destinado à quantia de R\$ 207.322.263,26 (duzentos e sete milhões, trezentos e vinte e dois mil, duzentos e sessenta e três reais e vinte e seis centavos).

Homologação do Aumento de Capital

O Aumento de Capital foi submetido à homologação do Banco Central do Brasil ("BCB"), nos termos da regulamentação aplicável.

As novas ações emitidas serão creditadas e incluídas na posição dos acionistas em até 3 (três) dias úteis após a homologação do Aumento de Capital pelo BACEN. Caso não haja homologação do Aumento de Capital pelo BACEN, o valor até o momento integralizado pelos acionistas da Companhia será devolvido pelo Banco Pan, sem correção monetária, em até 5 (cinco) dias úteis após decisão administrativa final da qual não caiba recurso.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

As demonstrações financeiras consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), foram aprovadas pela Diretoria em 26/03/2018.

A DIRETORIA

CONTADOR

Gregório Moreira Franco
CRC 1SP219426/O-2

Banco Pan S.A. e suas controladas

***Demonstrações financeiras
consolidadas em
31 de dezembro de 2017
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Pan S.A. e suas controladas

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Pan S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

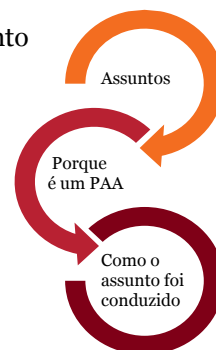
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pan S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Nossa auditoria em 2017 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao ano anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados aqueles do ano anterior.

Porque é um PAA

Provisão para perdas por não recuperação – *impairment* (Notas explicativas 3g, 7.2.1, 12 e 13)

O Banco Pan S.A. e suas controladas atuam substancialmente no setor do varejo, conforme divulgado na nota explicativa 1. A determinação da provisão para perdas ao valor recuperável – “*impairment*” continua exigindo julgamento por parte da Administração na determinação de premissas e critérios utilizados.

O processo estabelecido busca capturar fatores internos e externos, cenários econômicos, situação financeira da contraparte, níveis de inadimplência, fluxos de caixa futuros esperados, políticas de renegociação, valores estimados de recuperação e realização das garantias, bem como as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Tendo em vista esses aspectos, esta área continua sendo foco em nossa avaliação.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos principais procedimentos de auditoria consideram, entre outros:

Obtivemos o entendimento dos desenhos e os controles relevantes relacionados a apuração da provisão para perdas ao valor recuperável – “*impairment*” que tratam da integridade da base de dados, processamento, contabilização das provisões e divulgações em notas explicativas.

Testamos a conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica, bem como recalculamos, em base de testes, a provisão para perdas ao valor recuperável – “*impairment*” com base na política estabelecida que inclui, entre outros aspectos, o valor recuperável levando em consideração as evidências de “*impairment*”, tanto para as provisões calculadas de individualmente quanto para as de avaliação coletiva.

Analisamos também, a consistência dos modelos e premissas adotadas no processo com as aplicadas em períodos anteriores.

Consideramos que as premissas e critérios

adotados pela Administração são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Ambiente de tecnologia da informação

O Banco Pan S.A. e suas controladas operam em um ambiente de negócio no qual a estrutura de tecnologia de informação é crítica para o desenvolvimento de suas operações, os quais envolvem o processamento de um elevado número de transações diariamente, além de diversos processos para gestão de acessos e segurança da informação.

Os riscos relativos aos processos de tecnologia da informação que suportam as transações nos diferentes sistemas legados, podem, eventualmente, resultar em informações críticas incorretas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Em função desses aspectos, essa foi uma área de foco em nossa auditoria.

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, entendemos e testamos os controles gerais relevantes de tecnologia e segurança da informação, relacionados aos processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, segurança de acessos a programas e banco de dados, segurança física do centro de processamento de dados, incluindo os controles compensatórios, quando necessários.

Também testamos os controles automatizados ou as informações dependentes de tecnologia, restrições de acessos relacionados aos processos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

Os resultados de nossos procedimentos nos proporcionaram evidência razoável de auditoria com relação ao ambiente de tecnologia da informação relacionado com o processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Créditos Tributários (Notas explicativas 3s e 15)

O Banco Pan S.A. e suas controladas apresentam créditos tributários no total de R\$ 2,9 bilhões, provenientes de adições temporárias nas bases de cálculo do Imposto de Renda – Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas, reconhecidos com base em projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. Essa projeção, preparada a partir de estudo do cenário atual e futuro pela Administração do Banco, envolve julgamentos e premissas subjetivas.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos e valores previstos para realização dos créditos tributários

Nossos principais procedimentos de auditoria, consideraram, entre outros:

Realizamos o entendimento dos processos de apuração e registro nos termos das normas fiscais e contábeis relacionadas aos créditos tributários, bem como obtivemos o entendimento das premissas relevantes estabelecidas pela Administração para a estimativa de projeção de lucros tributários para realização dos créditos tributários.

Comparamos as premissas utilizadas pelo Banco Pan S.A. e suas controladas para projeção de lucros tributários com as projeções orçamentárias aprovadas pelo Conselho de Administração e com as projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, bem como analisamos os dados históricos para corroborar a consistência dessas estimativas

Banco Pan S.A. e suas controladas

com potencial impacto no registro e manutenção desses ativos nas demonstrações financeiras consolidadas.

de realização.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela Administração são razoáveis em relação ao registro, manutenção e realização do crédito tributário.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

A demonstração consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco Pan S.A. é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto,

Banco Pan S.A. e suas controladas

possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança, a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Banco Pan S.A. e suas controladas

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de março de 2018

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2